

# FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES NORDESTE ENERGIA

CNPJ nº 09.579.060/0001-85  
CÓDIGO ISIN Nº BRNEENCTF008

REGISTRADO NA CVM SOB O Nº [●]  
Registro de distribuição na CVM em [●]/06/2008

O Fundo de Investimento em Participações Nordeste Energia ("Fundo"), constituído sob a forma de condomínio fechado, com regulamento devidamente registrado perante o 4º Ofício de Registro de Títulos e Documentos da Cidade de São Paulo, sob o nº 5053212, em 16 de maio de 2008, é administrado pelo Banco Santander S.A., instituição financeira com sede na Rua Amador Bueno, 474, Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ sob o nº 90.400.888/0001-42 ("Administrador").

Distribuição de até 4.000 (quatro mil) cotas do Fundo ("Cotas"), com valor unitário inicial fixado em R\$ 100.000,00 (cem mil reais) para cada Cota, perfazendo o montante de:

## R\$ 400.000.000,00

As informações contidas neste Prospecto estão em consonância com o Regulamento do Fundo ("Regulamento"), porém não o substituem. É recomendada a leitura cuidadosa tanto desse Prospecto quanto do Regulamento, com especial atenção para as cláusulas relativas ao objetivo do Fundo e sua política de investimento, bem como para a Seção "Fatores de Risco" desse Prospecto.

**Não há compromisso ou garantia por parte do Administrador nem do Gestor de que o objetivo do Fundo será atingido. O investimento no Fundo sujeita o Cotista a riscos, incluindo, mas não se limitando, àqueles descritos na Seção "Fatores de Risco" desse Prospecto (páginas 28 e 29).**

**Ainda que o Gestor mantenha sistema de gerenciamento de riscos, não há garantia de completa eliminação de possibilidade de perdas para o Fundo e para o Cotista.**

**O Fundo utiliza estratégias com derivativos como parte integrante de sua política de investimento. Tais estratégias, da forma como são adotadas, podem resultar em perdas patrimoniais para seus Cotistas.**

**O tratamento tributário aplicável ao investidor deste Fundo depende do período de aplicação do investidor, bem como da manutenção de uma carteira de ativos com prazo médio superior a 365 dias. Alterações nessas características podem levar a um aumento do Imposto de Renda incidente sobre a rentabilidade auferida pelo investidor**

**O Fundo não conta com garantia de seu Administrador, do Gestor, de qualquer mecanismo de seguro ou, ainda, do Fundo Garantidor de Créditos - FGC. A qualquer momento durante a existência do Fundo, a rentabilidade obtida no passado não representará garantia de rentabilidade futura.**



*"Este prospecto foi preparado com as informações necessárias ao atendimento das disposições do Código de Auto-Regulação da ANBID para os fundos de investimento, bem como das normas emanadas da Comissão de Valores Mobiliários. A autorização para funcionamento e/ou venda das cotas deste fundo de investimento não implica, por parte da Comissão de Valores Mobiliários ou da ANBID, garantia de veracidade das informações prestadas, ou julgamento sobre a qualidade do fundo, de seu administrador e das demais instituições prestadoras de serviços."*

### ESTRUTURAÇÃO



### ADMINISTRAÇÃO



### GESTÃO



### DISTRIBUIÇÃO DAS COTAS



### ASSESSORIA LEGAL



### AUDITORIA



## AVISOS DA ANBID

*“O FUNDO UTILIZA ESTRATÉGIAS COM DERIVATIVOS COMO PARTE INTEGRANTE DE SUA POLÍTICA DE INVESTIMENTO. TAIS ESTRATÉGIAS, DA FORMA COMO SÃO ADOTADAS, PODEM RESULTAR EM PERDAS PATRIMONIAIS PARA SEUS COTISTAS”.*

*“O INVESTIMENTO NO FUNDO APRESENTA RISCOS PARA O INVESTIDOR. AINDA QUE O GESTOR DA CARTEIRA MANTENHA SISTEMA DE GERENCIAMENTO DE RISCOS, NÃO HÁ GARANTIA DE COMPLETA ELIMINAÇÃO DA POSSIBILIDADE DE PERDAS PARA O FUNDO E PARA O INVESTIDOR”.*

*“A RENTABILIDADE OBTIDA NO PASSADO NÃO REPRESENTA GARANTIA DE RENTABILIDADE FUTURA”.*

*“AS INFORMAÇÕES CONTIDAS NESTE PROSPECTO ESTÃO EM CONSONÂNCIA COM O REGULAMENTO, PORÉM NÃO O SUBSTITUI. É RECOMENDADA A LEITURA CUIDADOSA TANTO DESTE PROSPECTO QUANTO DO REGULAMENTO, COM ESPECIAL ATENÇÃO PARA AS CLÁUSULAS RELATIVAS AO OBJETIVO E À POLÍTICA DE INVESTIMENTO DO FUNDO, BEM COMO ÀS DISPOSIÇÕES DO PROSPECTO QUE TRATAM DOS FATORES DE RISCO A QUE O FUNDO ESTÁ EXPOSTO”.*

*“ESTE FUNDO MANTÉM UMA CARTEIRA DE ATIVOS COM PRAZO MÉDIO SUPERIOR A 365 DIAS, O QUE PODE LEVAR A UMA MAIOR OSCILAÇÃO NO VALOR DA COTA SE COMPARADA A DE FUNDOS SIMILARES COM PRAZO INFERIOR”.*

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

# ÍNDICE

GLOSSÁRIO.....	- 3 -
CARACTERÍSTICAS DA DISTRIBUIÇÃO .....	- 7 -
1. <u>CARACTERÍSTICAS BÁSICAS DA DISTRIBUIÇÃO DAS COTAS.</u> .....	- 7 -
2. <u>DEMONSTRATIVO DO CUSTO DA DISTRIBUIÇÃO.</u> .....	- 7 -
2.1. <u>Custo da Distribuição.</u> .....	- 7 -
2.2. <u>Custo Unitário de Distribuição.</u> .....	- 8 -
3. <u>MODIFICAÇÃO DA OFERTA.</u> .....	- 8 -
CARACTERÍSTICAS DA OFERTA .....	- 10 -
CARACTERÍSTICAS DO FUNDO.....	- 12 -
1. <u>CONSTITUIÇÃO E BASE LEGAL.</u> .....	- 12 -
2. <u>PÚBLICO ALVO.</u> .....	- 12 -
3. <u>OBJETIVO.</u> .....	- 12 -
4. <u>POLÍTICA DE INVESTIMENTO E COMPOSIÇÃO E DIVERSIFICAÇÃO DA CARTEIRA.</u> .....	- 12 -
5. <u>IDENTIFICAÇÃO DOS PRESTADORES DE SERVIÇOS.</u> .....	- 13 -
5.1. <u>Administrador</u> .....	- 13 -
5.2. <u>Gestor.</u> .....	- 14 -
5.3. <u>Distribuidor.</u> .....	- 15 -
5.4. <u>Estruturador</u> .....	- 16 -
5.5. <u>Auditor.</u> .....	- 16 -
5.6. <u>Consultor Jurídico.</u> .....	- 17 -
6. <u>TIPO DE FUNDO.</u> .....	- 17 -
7. <u>PRAZO DE DURAÇÃO.</u> .....	- 17 -
7.1. <u>Período de Investimento.</u> .....	- 17 -
8. <u>APLICAÇÃO.</u> .....	- 17 -
9. <u>INTEGRALIZAÇÃO DE COTAS.</u> .....	- 18 -
9.1. <u>Inadimplência.</u> .....	- 18 -
10. <u>AMORTIZAÇÃO E RESGATE DE COTAS.</u> .....	- 19 -
10.1. <u>Amortização de Cotas.</u> .....	- 19 -
10.2. <u>Resgate de Cotas.</u> .....	- 19 -
11. <u>TAXA DE ADMINISTRAÇÃO.</u> .....	- 19 -
12. <u>VALORIZAÇÃO PATRIMONIAL.</u> .....	- 20 -
13. <u>COMITÊ DE INVESTIMENTO.</u> .....	- 21 -
14. <u>TRIBUTAÇÃO.</u> .....	- 23 -
14.1. <u>Tributação do Fundo.</u> .....	- 23 -
14.2. <u>Tributação dos Cotistas.</u> .....	- 24 -
15. <u>DA NEGOCIAÇÃO DAS COTAS.</u> .....	- 25 -
16. <u>ENCARGOS.</u> .....	- 25 -
17. <u>INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES.</u> .....	- 26 -
FATORES DE RISCO.....	- 28 -
DECLARAÇÃO DO ADMINISTRADOR E DO DISTRIBUIDOR.....	- 31 -
ATENDIMENTO AOS CLIENTES.....	- 33 -
ANEXO I - REGULAMENTO .....	- 35 -

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

## GLOSSÁRIO

Para fins do presente Prospecto, os termos definidos terão o mesmo significado a eles atribuídos na seqüência, salvo referência específica diversa neste Prospecto.

Administrador:	Banco Santander S.A.
Afiliada:	Qualquer (i) Pessoa, direta ou indiretamente, controlada pela respectiva Pessoa, (ii) Pessoa, direta ou indiretamente, controladora da respectiva Pessoa, (iii) Pessoa que seja controlada pelo mesmo controlador, direto ou indireto, da respectiva Pessoa, e (iv) no caso de pessoa natural, parente até o 3º (terceiro) grau da respectiva Pessoa.
ANBID:	Associação Nacional dos Bancos de Investimento.
A/R:	Aviso de Recebimento.
Assembléia Geral:	Assembléia Geral de Cotistas.
Ativos Alvo:	(i) Ações; (ii) debêntures; (ii) bônus de subscrição; ou (iv) outros títulos e valores mobiliários conversíveis ou permutáveis em ações, de emissão das Companhias Alvo.
CDB:	Certificado de depósito bancário.
CETIP:	Câmara de Custódia e Liquidação.
Chamadas para Integralização:	Chamadas a serem feitas pelo Gestor para a integralização de Cotas pelos Cotistas, nos termos dos respectivos Compromissos de Investimento.
CMN:	Conselho Monetário Nacional.
COFINS:	Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social.
Cotas:	Cotas emitidas pelo Fundo.
Cotistas:	Titulares das Cotas.
Companhias Alvo:	Companhias sediadas no Brasil, cujo objeto social contemple, precipuamente: (i) desenvolvimento e/ou investimento de/em atividades no setor de energia renovável; (ii) desenvolvimento e/ou investimento de/em tecnologias e/ou metodologias e/ou processos para o setor de energia renovável; (iii) produção e/ou montagem de equipamentos e/ou partes de equipamentos, e/ou prestação de serviços técnicos destinados ao setor de energia renovável; e/ou (iv) participação em sociedades que tenham por objeto social o descrito nos itens 'i' a 'iii' anteriores.
Compromisso de Investimento:	“Instrumento Particular de Compromisso de Investimento no Fundo” a ser firmado entre o Administrador, o Gestor e cada um dos Cotistas, nos termos do Regulamento.
Comitê de Investimento:	Comitê de Investimento do Fundo, constituído nos termos do Regulamento.
CSLL:	Contribuição Social sobre o Lucro Líquido.

CVM:	Comissão de Valores Mobiliários.
Distribuidor, Estruturador ou BNB:	Banco do Nordeste do Brasil S.A. – BNB.
Empresa de Auditoria:	KPMG Auditores Independentes.
Fundo:	Fundo de Investimento em Participações Nordeste Energia.
Gestor:	NSG Capital Administração de Recursos S.A.
Instrução CVM 391:	Instrução CVM nº 391, de 16 de julho de 2003, e suas alterações posteriores.
Instrução CVM 400:	Instrução CVM nº 400, de 29 de dezembro de 2003, e suas alterações posteriores.
Integralização Inicial:	Primeira subscrição de Cotas, com correspondente integralização.
Investimentos de Liquidez:	Excedente de caixa, os quais serão aplicados em títulos de renda fixa públicos ou privados ou, mantidos em moeda corrente nacional, em conta-corrente de titularidade do Fundo.
IOF/Câmbio ou IOF/Títulos:	Imposto sobre Operações de Crédito, Câmbio, Seguros ou Relativas a Títulos e Valores Mobiliários.
IRPJ:	Imposto de Renda da Pessoa Jurídica.
<i>MBA:</i>	<i>Master of business administration.</i>
Oferta:	A presente oferta de Cotas.
Paraíso Fiscal:	País ou jurisdição que não tribute a renda ou capital, ou que a tribute a alíquota máxima inferior a 20% (vinte por cento) ou, ainda, cuja legislação interna oponha sigilo relativo à composição societária de pessoas jurídicas ou à sua titularidade ou localidade.
Periódico:	Valor Econômico.
Período de Duração:	Período de duração do Fundo, que é de 15 (quinze) anos, contados a partir da data da Integralização Inicial, podendo ser prorrogado por Assembléia Geral.
Período de Investimento:	Corresponderão aos 3 (três) primeiros anos do Período de Duração, contados a partir da Integralização Inicial.
Pessoa:	Qualquer pessoa natural, jurídica ou grupos não personificados, de direito público ou privado, incluindo qualquer entidade da administração pública, federal, estadual ou municipal, direta ou indireta, bem como qualquer modalidade de condomínio.
PIS:	Programa de Integridade Social.
Plano de Negócios:	Material contendo os estudos e avaliações realizadas que possam justificar o investimento e desinvestimento do Fundo, incluindo avaliações do Ativo

Alvo de acordo com metodologias utilizadas e aceitas no mercado, tais como, porém não se limitando a, método do fluxo de caixa descontado, múltiplos, opções reais, etc.

Recursos Disponibilizados: Os recursos da distribuição de dividendos e/ou juros sobre o capital próprio distribuídos pelas Companhias Alvo integrantes da carteira do Fundo, assim como quaisquer outros valores recebidos pelo Fundo, em decorrência dos Ativos Alvo.

Resolução CMN nº 2.689: Resolução CMN nº 2.689, de 26 de janeiro de 2000.

SFF: Sistema de Fundo Fechado.

Taxa de Administração: Remuneração anual devida ao Administrador a título de honorários pelo desempenho de suas atribuições definidas no Regulamento.

Taxa Selic: Taxa do Sistema Especial de Liquidação e Custódia divulgada pelo Comitê de Política Monetária – COPOM.



(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

**- I -**  
**CARACTERÍSTICAS DA DISTRIBUIÇÃO**

**1. CARACTERÍSTICAS BÁSICAS DA DISTRIBUIÇÃO DAS COTAS.**

Emissor:	Fundo de Investimentos em Participações Nordeste Energia.
Classe de Cotas:	1 classe.
Preço Unitário das Cotas:	R\$ 100.000,00 (cem mil reais) na 1ª (primeira) Data de Emissão.
Administrador:	Banco Santander S.A.
Gestor:	NSG Capital Administração de Recursos S.A.
Distribuidor:	Banco do Nordeste S.A. – BNB.
Estruturador:	Banco do Nordeste S.A. – BNB.
Empresa de Auditoria:	KPMG Auditores Independentes.
Data de Emissão:	Data em que os recursos ou ativos decorrentes da integralização das Cotas, em moeda corrente nacional, são colocados pelos investidores à disposição do Fundo, nos termos do Regulamento, a qual deverá ser, necessariamente, um dia útil.

**2. DEMONSTRATIVO DO CUSTO DA DISTRIBUIÇÃO.**

**2.1. Custo da Distribuição.**

Custo	% em Relação ao Valor da Distribuição	Montante (R\$)
Comissão de Estruturação	0,2500	1.000.000,00
Comissão de Distribuição	0,2500	1.000.000,00
Taxa de Registro na ANBID	0,0020	8.000,00
Taxa de Registro na CVM	0,0207	82.870,00
Despesas de Marketing (incluindo publicação de anúncios) (*)	0,0050	20.000,00
Empresa de Auditoria	0,0050	20.000,00
Assessoria Legal	0,0750	300.000,00
Despesas com Deslocamento (*)	0,0250	100.000,00
Despesas Gerais (despesas cartorárias, com fotocópias, fax, aluguéis de equipamentos e outras taxas (CETIP) etc.) (*)	0,0025	10.000,00
Total	0,63	2.510.880,00

Tabela 1: Custos de Distribuição.

(\*) Valores estimados.

## 2.2. Custo Unitário de Distribuição.

Valor Unitário da Cota	Número de Cotas a serem distribuídas no âmbito da Oferta	% em relação ao valor unitário da Cota	Custo Unitário de Distribuição (R\$)
R\$ 100.000,00	4.000	0,63	627,72

Tabela 2: Custo Unitário de Distribuição.

## 3. MODIFICAÇÃO DA OFERTA.

Nos termos do artigo 25 e seguintes da Instrução CVM 400, a CVM, a seu juízo, poderá acatar pleito formulado, conjuntamente, pelo Administrador e pelo Distribuidor, de modificação ou revogação da Oferta, na hipótese de alteração substancial, posterior e imprevisível nas circunstâncias de fatos existentes quando da apresentação do respectivo pedido de registro perante a CVM, ou que o fundamentem, acarretando aumento relevante dos riscos inerentes à própria Oferta. É sempre permitida a modificação da Oferta para melhorá-la em favor dos Cotistas. A revogação torna ineficazes a Oferta e os atos de aceitação anteriores ou posteriores, devendo ser restituídos integralmente, aos aceitantes, os valores, bens ou direitos dados em contrapartida às Cotas ofertadas.

A modificação será divulgada imediatamente através dos mesmos meios utilizados para a divulgação do anúncio de início de distribuição das Cotas. O Administrador e o Distribuidor certificar-se-ão, assim como tomarão as devidas cautelas no momento do recebimento das aceitações da Oferta, de que o manifestante está ciente de que a Oferta original foi alterada e de que tem conhecimento das novas condições.

O Administrador comunicará diretamente os investidores que já tiverem aderido à Oferta a respeito da modificação efetuada, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis do recebimento da comunicação, confirmem, por correspondência ao Administrador ou em sua sede, o interesse em manter a aceitação da Oferta, presumida a intenção de manutenção da mesma na hipótese de silêncio.

Na hipótese do investidor manifestar a intenção de revogar sua aceitação à Oferta, restituir-se-ão os valores aos investidores eventualmente adiantados.

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

## - II - CARACTERÍSTICAS DA OFERTA

Na presente Oferta serão emitidas até 4.000 (quatro mil) Cotas com valor unitário inicial fixado em R\$ 100.000,00 (cem mil reais), totalizando em R\$ 400.000.000,00 (quatrocentos milhões de reais) o valor da Oferta. Cada Cota corresponde a uma fração ideal do patrimônio líquido do Fundo.

As Cotas serão subscritas pelo seu valor nominal e serão distribuídas pelo Distribuidor durante o prazo de até 360 (trezentos e sessenta dias), prorrogáveis nos termos do Regulamento, a contar da data de publicação do anúncio de início de distribuição das Cotas, sob o regime de melhores esforços, tudo nos termos do anúncio de início de distribuição pública a ser publicado no Periódico. O valor mínimo de subscrição é de R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais) por investidor.

No caso de ser subscrito e integralizado menos do que 100% (cem por cento) das Cotas objeto da Oferta até o fim do prazo estabelecido no parágrafo anterior, o saldo não colocado das Cotas será cancelado e o Fundo terá sua carteira reduzida ao total de Cotas subscritas. Deverá ser subscrito no mínimo R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais) durante o prazo de subscrição para que o funcionamento do Fundo.

Havendo um excesso de demanda, o Distribuidor poderá fazer uso da faculdade prevista no §2º do artigo 14 da Instrução CVM 400, e distribuir um volume adicional de até 20% (vinte por cento) da quantidade de Cotas representativas do patrimônio inicial, sem a necessidade de aprovação em Assembléia Geral ou registro perante a CVM.

No ato de subscrição de Cotas, o Cotista deverá firmar o Compromisso de Investimento. No ato da assinatura do Compromisso de Investimento deverá ser integralizada, em moeda corrente do País, 1% (um por cento) da quantidade de Cotas subscritas.

Por meio do Compromisso de Investimento, o Cotista atestará que recebeu exemplar desse Prospecto e do Regulamento, que tomou ciência dos objetivos do Fundo, de sua política de investimento, da composição da carteira (inclusive quanto à possibilidade de utilização de instrumentos derivativos), da Taxa de Administração, dos riscos associados ao seu investimento no Fundo e da possibilidade de ocorrência de variação e perda no patrimônio líquido do Fundo, bem como de perda do capital, parcial ou total, investido. Em caráter complementar, se for o caso, o Cotista deve assinar termo próprio declarando sua condição de investidor qualificado, nos termos e condições estabelecidos no Anexo I da Instrução CVM 409.

A integralização das Cotas será realizada a prazo, nos termos e condições constantes do Compromisso de Investimento e das Chamadas para Integralização.

As Cotas poderão ser objeto de negociação privada ou através do SFF, sendo que nesse último caso, as Cotas serão registradas, para negociação secundária no mercado da CETIP, cabendo aos intermediários assegurar que as respectivas aquisições sejam feitas somente por investidores qualificados. Em ambos os casos, Cotistas serão responsáveis pelo pagamento de todos e quaisquer custos, tributos ou emolumentos incorridos na negociação e transferência de suas Cotas.

A Oferta foi registrada na CVM nos termos da Instrução CVM 391 e da Instrução CVM 400.

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

### - III - CARACTERÍSTICAS DO FUNDO

#### 1. CONSTITUIÇÃO E BASE LEGAL.

O Fundo é um fundo de investimento em participações e tem como base legal a Instrução CVM 391, e pelo seu Regulamento, esse devidamente registrado no 4º Ofício de Registro de Títulos e Documentos da Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, sob o nº 5053212, em 16 de maio de 2008.

#### 2. PÚBLICO ALVO.

O Fundo é destinado a investidores qualificados nos termos da regulamentação editada pela CVM, que busquem, no médio e longo prazos, rentabilidade condizente com a política de investimento do Fundo e que estejam dispostos a aceitar risco de crédito em suas aplicações. O valor mínimo de subscrição é de R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais) por investidor.

O Administrador poderá rejeitar a proposta de aquisição das Cotas, caso o potencial investidor se encontre em conflito de interesse com a política de investimento do Fundo. Para tanto, entende-se estar o potencial investidor em conflito no caso desse ser sociedade (e/ou a ela Afiliada) e/ou administrador da sociedade que seja concorrente a qualquer companhia (i) investida; ou (ii) em processo de análise para vir a ser investida.

#### 3. OBJETIVO.

É objetivo do Fundo proporcionar aos Cotistas a valorização de suas Cotas, através da aplicação preponderante dos seus recursos em Ativos Alvo de Companhias Alvo.

#### 4. POLÍTICA DE INVESTIMENTO E COMPOSIÇÃO E DIVERSIFICAÇÃO DA CARTEIRA.

O Fundo, em sua política de investimento, deve observar as seguintes diretrizes:

- no mínimo 90% (noventa por cento) da carteira do Fundo será investido em Ativos Alvo; e
- no máximo 10% (dez por cento) da carteira do Fundo poderá ser aplicado em Investimentos de Liquidez, de livre escolha do Gestor, observados os termos do Regulamento.

Os limites previstos neste artigo não precisarão ser observados pelo prazo de 90 (noventa) dias a partir da data da Integralização Inicial, nem pelo período de 90 (noventa) dias que anteceder qualquer data de amortização e/ou de resgate de Cotas.

Caberá ao Gestor analisar, negociar e selecionar os Ativos Alvo e ao Comitê de Investimentos aprovar a realização de investimento e de desinvestimento.

O Fundo deverá participar do processo decisório da Companhia Alvo que integre a sua carteira, com efetiva influência na definição de sua política estratégica e na sua gestão.

A participação do Fundo no processo decisório da Companhia Alvo deverá ser feita por meio da observância de

pelo menos um dos seguintes critérios, cabendo ao Gestor analisar e negociar a participação do Fundo e ao Comitê de Investimentos aprovar tal participação:

- nomeação de um ou mais membros do Conselho de Administração;
- detenção de ações que integrem o respectivo bloco de controle;
- celebração de acordo de acionistas; ou
- celebração de ajuste de natureza diversa ou adoção de procedimento que assegure ao Fundo efetiva influência na definição da política estratégica e na gestão da Companhia Alvo.

As Companhias Alvo que integrem a carteira do Fundo deverão seguir as seguintes práticas de governança:

- proibição de emissão de partes beneficiárias e inexistência desses títulos em circulação;
- quando houver conselho de administração na empresa participada, estabelecimento de um mandato unificado de 1 (um) ano para todo o Conselho;
- exigência de instalação do conselho fiscal, sempre que requisitado pelo Fundo, sendo conferido ao Fundo a faculdade de nomeação de 1 (um) membro;
- disponibilização de informações sobre contratos com partes relacionadas, acordos de acionistas e programas de opções de aquisição de ações ou de outros títulos ou valores mobiliários de emissão da companhia, se houver;
- adesão à câmara de arbitragem para resolução de conflitos societários;
- no caso de abertura de seu capital, obrigar-se, perante o Fundo, a aderir a segmento especial de listagem de bolsa de valores ou de entidade mantenedora de mercado de balcão organizado que assegure, no mínimo, níveis diferenciados de práticas de governança corporativa previstos nos incisos anteriores; e
- auditoria anual de suas demonstrações contábeis por auditores independentes registrados na CVM.

O Fundo poderá aplicar seus excedentes de caixa em Investimentos de Liquidez.

Os Investimentos de Liquidez devem ter seu vencimento, resgate, opção ou liquidez em até 60 (sessenta) dias e somente podem ser realizados em títulos públicos federais ou CDBs de livre escolha do Gestor, desde que a instituição financeira emitente do CDB tenha sido classificada como “grau investimento no Brasil” por uma ou mais agências de classificação de risco aprovada pelo Comitê de Investimentos.

As aplicações no Fundo não contam com garantia: (i) do Administrador; (ii) do Gestor; (iii) de qualquer mecanismo de seguro; e/ou (iv) do FGC.

## 5. IDENTIFICAÇÃO DOS PRESTADORES DE SERVIÇOS.

### 5.1. Administrador.

BANCO SANTANDER S.A.  
Rua Amador Bueno, 474  
CEP 04.752-901



São Paulo/SP  
www.santander.com.br

Contato:  
Sr. Laércio Ramos Jr.  
Telefone: (+55 11) 3012-5780  
Fac-símile: (+55 11) 3012-7371  
Correio eletrônico: lrjunior@santander.com.br

O Banco Santander S.A. possui R\$ 49,9 bilhões de recursos sob administração e ocupa a 6ª posição no ranking de maiores gestores de recursos do país (fonte ANBID: junho/2007). O Grupo Santander, 4º maior grupo financeiro privado e o maior estrangeiro em atividade no Brasil com ativos totais de R\$ 105 bilhões e aproximadamente 7,6 milhões de clientes. O Grupo Santander no mundo possui US\$ 250 bilhões em recursos sob gestão discricionária, destacando-se como gestor na Espanha e em toda América Latina. O Banco Santander possui aproximadamente 6,9 milhões de clientes e, 1.880 pontos de 10.439 pontos de venda e operações em 40 países, incluindo os principais centros financeiros do mundo.

O Administrador declara que não se encontra em conflito de interesses com o Gestor e/ou o Distribuidor no exercício de suas funções, bem como manifesta sua independência nas atividades descritas neste Prospecto.

## 5.2. Gestor.

NSG Capital Administração de Recursos S.A.  
Rua Professor Souza, 22 – D, Sala 105  
CEP 28993-000  
Saquarema/RJ  
Correio eletrônico: contact@nsgcapital.com.br  
www.nsgcapital.com.br

Contato:  
Sr. Luiz Eduardo Franco de Abreu  
Telefone: (+55 22) 2653-2342  
Fac-Símile: (+55 22) 2653-2342  
Correio eletrônico: luiz.abreu@nsgcapital.com.br

A NSG Capital Administração de Recursos S.A. foi constituída em maio de 2006 por profissionais com experiência em investimentos no Brasil e se dedica a estruturar Fundos de Investimentos em Participações (regulamentados pela CVM através da Instrução CVM 391).

Seu objetivo é aplicar ao lado real da economia (indústrias nacionais) os mecanismos de investimento disponíveis no mercado de capitais brasileiro. Para isso, realiza uma intensa pesquisa *top-down* e *bottom-up* no mercado brasileiro e seleciona, cuidadosa e criteriosamente, oportunidades de investimentos a serem oferecidos aos mais exigentes investidores.

Os profissionais que a compõe possuem doutorado e mestrado, além de registros na CVM de gestor e analista. Em termos de mercado financeiro, a experiência profissional inclui presidência e diretoria de bancos de grande porte e participação em conselhos das maiores empresas brasileiras, além da participação em conselho e diretoria de entidades de classe. Em termos acadêmicos a experiência profissional inclui docência e pesquisa nas mais conceituadas escolas de economia e negócios do Brasil.

O Gestor tem a seguinte equipe técnica:

*Luiz Eduardo Franco de Abreu.* Administrador de carteira de valores mobiliários autorizado pela CVM.

Administrador de Empresas. Formado pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Mestre em Administração pela *Duke University*. É professor de finanças na Fundação Getúlio Vargas do Rio de Janeiro. Em seus quase 30 anos de experiência profissional, exerceu atividades no Banco do Brasil S.A., Itaúsa - Investimentos Itaú S.A., Companhia Brasileira de Securitização – CIBRASEC, FEBRABAN – Federação Brasileira de Bancos, Câmara Interbancária de Pagamentos – CIP, Bolsa de Valores de São Paulo – Bovespa, Associação Nacional das Instituições do Mercado Financeiro – ANDIMA, dentre outras. Atualmente é conselheiro suplente do Conselho de Administração da Aliança do Brasil – Companhia de Seguros e sócio administrador da empresa NSG Capital Administração de Recursos S.A.

*José Carlos Franco de Abreu Filho* – Sócio-administrador. Engenheiro Eletricista. Formado na Universidade de Brasília em 1979. Mestre em Administração pela *Columbia University*, em Nova Iorque, e Doutor em Engenharia de Produção pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Lecionou em diversas instituições, dentre elas a Universidade Federal do Rio de Janeiro e a *Columbia University*. Em seus mais de 30 anos de experiência profissional, exerceu atividades na Hitachi Corporation, em Tóquio, e no Departamento de Imposto de Renda dos Estados Unidos, dentre outras.

*José Carlos Franco de Abreu Neto* – Analista de valores mobiliários registrado na CVM. Engenheiro Civil. Formado pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro em 2004, com *MBA* com ênfase em finanças pelo Instituto Brasileiro de Mercado de Capitais. Cursa, atualmente, mestrado em Engenharia de Produção com ênfase em finanças e análise de investimentos na Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Exerceu atividades profissionais na Construtora Azevedo & Cotrik e na Mercatto Gestão de Recursos, atuando, no momento, como analista na NSG Capital Administração de Recursos S.A.

*Maurício K. Folkerts* – Sócio-Diretor. Exerceu funções executivas nas áreas de fusões e aquisições e mercado de capitais nos seguintes bancos de investimento: Bancos Patrimônio de Investimentos (associado no Brasil a Salomon Brothers), JP Morgan Chase e UBS. Foi Vice Presidente Sênior do Banco ABN AMRO e sócio fundador da Valora Investimentos. Graduado em ciências contábeis por Bentley College, EUA, com *MBA* no *IMD - International Management Development Institute, Lausanne, Suíça*, e pós-graduado em Estudos Asiáticos pela *University of Melbourne, Austrália*.

*Marcos Carneiro da Silva* - Sócio-Administrador. Ao longo de seus 35 anos de experiência profissional, trabalhou nos Bancos Unibanco e Rural, nas Distribuidoras de Valores, Divisa, Konta e Positiva, nas Corretoras de Valores, City e Atlântica, e na Mercatto Gestão de Recursos, onde ocupou cargos de Gerência e Diretoria, nas áreas de Mercado de Capitais, Tesouraria e Gestão de ativos de Renda Fixa. Graduado em Administração de Empresas, com diversos cursos de extensão em finanças nacionais e internacionais.

*Andréa Lopes* – Associada. Participa do sistema de previdência complementar fechado desde 1991, onde trabalhou nos fundos de pensão, FUNCEF (CEF), CENTRUS (BCB) e PREVINORTE (ELETRONORTE), foi Coordenadora de Investimentos na Secretaria de Previdência Complementar (SPC), fez parte das consultorias Mercer Investment Consulting e Lopes Filho & Associados e na Mercatto Gestão de Recursos, onde atuou tanto no mercado de previdência como financeiro. Formada em Administração de Empresas, pós-graduada em Administração Financeira pela Fundação Getúlio Vargas, *MBA* em Previdência Complementar pela COPPE/UFRJ.

O Gestor declara que não se encontra em conflito de interesses com o Administrador e/ou o Distribuidor no exercício de suas funções, bem como manifesta sua independência nas atividades descritas neste Prospecto.

### 5.3. Distribuidor.

BANCO DO NORDESTE S.A. – BNB  
Avenida Paranjana, 5.700  
Fortaleza/CE  
CEP 42700-000

www.bnb.gov.br

Contato:

Sr. Marcelo Lopes

Telefone: (+55 11) 2172-4128

Fac-símile: (+55 11) 3284-0519

Correio eletrônico: mlopes@bnb.gov.br

O Banco do Nordeste do Brasil S.A. (BNB) é uma instituição financeira múltipla criada pela Lei Federal nº 1649, de 19 de julho 1952, e organizada sob a forma de sociedade de economia mista, de capital aberto, tendo mais de 90% (noventa por cento) de seu capital sob o controle do Governo Federal.

Com sede na Cidade de Fortaleza, Estado do Ceará, o banco atua em cerca de 2 mil municípios, abrangendo os nove Estados da Região Nordeste (Maranhão, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe e Bahia), o norte de Minas Gerais (incluindo os Vales do Mucuri e do Jequitinhonha) e o norte do Espírito Santo.

Maior instituição da América do Sul voltada para o desenvolvimento regional (fonte: interna/BNB), o BNB opera como órgão executor de políticas públicas, cabendo-lhe a operacionalização de programas como o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) e a administração do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE).

Além dos recursos federais, o Banco tem acesso a outras fontes de financiamento nos mercados interno e externo, por meio de parcerias e alianças com instituições nacionais e internacionais, incluindo instituições multilaterais, como o Banco Mundial e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID).

O BNB criou diversos instrumentos que lhe possibilitaram atuar mais próximo dos clientes e ampliar suas atividades, buscando contribuir para garantir a sustentabilidade dos empreendimentos financiados, associada à melhoria das condições de vida da população nordestina.

Por meio de sua carteira de investimentos e enquanto distribuidor de valores mobiliários, o BNB desenvolve instrumentos e operações estruturadas com a finalidade de viabilizar a captação de recursos para seus clientes, com o objetivo de financiar projetos de investimento, reestruturar passivos e realizar ajustes na estrutura de capital das empresas, mediante a utilização de mecanismos de crédito e instrumentos do mercado de capitais.

#### 5.4. Estruturador

BANCO DO NORDESTE S.A. – BNB

Avenida Paranjana, 5.700

Fortaleza/CE

CEP 42700-000

www.bnb.gov.br

Contato:

Sr. Éverton Correa Chaves

Telefone: (+55 85) 3299-3314

Fac-símile: (+55 11) 3284-0519

Correio eletrônico: mlopes@bnb.gov.br

#### 5.5. Auditor.

KPMG Auditores Independentes

Rua Dr. Renato Paes de Barros, 33  
São Paulo/SP  
CEP 04530-904  
www.kpmg.com.br

Contato:  
At.: Armando Oliveira  
Telefone: (+55 11) 2183-3775  
Fac-símile: (+55 11) 2183-3001

#### 5.6. Consultor Jurídico.

Motta, Fernandes Rocha - Advogados  
Alameda Santos, 2335 - 11º andar  
CEP 01419-002  
São Paulo/SP  
www.mfra.com.br

Contato:  
Márcio Monteiro Gea/ Bruno Pierin Furiati  
Telefone: (+55 21) 2533-2200  
(+55 11) 3082-9398  
Fac-símile: (+55 21) 2262-2459  
(+55 11) 3082-3272  
Correio-eletrônico: marciogea@mfra.com.br/ bfuriati@mfra.com.br

#### 6. TIPO DE FUNDO.

Fechado.

#### 7. PRAZO DE DURAÇÃO.

O Período de Duração do Fundo é de 15 (quinze) anos, contados da data da Integralização Inicial, podendo ser prorrogado por Assembléia Geral especialmente convocada para esse fim.

##### 7.1. Período de Investimento.

O Período de Investimento do Fundo corresponderá aos 3 (três) primeiros anos do Período de Duração, contados a partir da Integralização Inicial.

#### 8. APLICAÇÃO.

É utilizado o valor da Cota em vigor na abertura do dia da efetiva disponibilidade dos recursos confiados pelo investidor ao Administrador.

## 9. INTEGRALIZAÇÃO DE COTAS.

No ato da assinatura do Compromisso de Investimento deverá ser integralizada, em moeda corrente do País, 1% (um por cento) da quantidade de Cotas subscritas. As Cotas serão integralizadas a prazo, em moeda corrente nacional, por meio de transferência eletrônica disponível - TED ou outro mecanismo autorizado pelo Banco Central do Brasil, tudo nos termos e condições constantes do Compromisso de Investimento.

O Gestor poderá solicitar aos Cotistas que tenham firmado o Compromisso de Investimento, que integralizem as respectivas quantias relativas às suas Cotas subscritas, total ou parcialmente, nos termos do respectivo Compromisso de Investimento. As Chamadas para Integralização efetuadas pelo Gestor deverão:

- ocorrer dentro do Período de Investimento;
- ser aprovadas pelo Comitê de Investimento;
- ser feitas através de correspondência registrada com A/R, dispensadas essas formalidades aos Cotistas que atenderem à Chamada para Integralização; e
- obedecer aos termos e procedimentos previstos no Regulamento e, também, aos constantes no respectivo Compromisso de Investimento.

A integralização das Cotas para atender às Chamadas para Integralização deverá ser efetivada pelo Cotista no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, a contar da data de recebimento da correspondência registrada com A/R remetida pelo Gestor, solicitando a referida integralização.

No caso da quantidade de Cotas a ser integralizada corresponderem à fração de Cota, deverá ser integralizada considerando o número inteiro de Cota imediatamente superior.

### 9.1. Inadimplência.

Observado os demais procedimentos constantes do Regulamento, será considerada Cota em inadimplência aquela em que o respectivo Cotista subscritor não atender a Chamada para Integralização efetuada pelo Gestor, nos seus respectivos valores e prazo.

As Cotas em inadimplência, sem prejuízo de demais sanções:

- a critério do Gestor, caso permaneçam em inadimplência por prazo superior a 30 (trinta) dias, serão oferecidas para venda aos demais Cotistas e, posteriormente, ao mercado, caso os demais Cotistas não adquiram a totalidade das Cotas em inadimplência oferecidas; e
- terão os direitos de voto a elas vinculados suspensos durante o período em que estiverem em inadimplência.

Sem prejuízo do disposto acima, na hipótese de mora no cumprimento das respectivas obrigações de subscrição e integralização de Cotas, nos termos previstos no Regulamento e nos Compromissos de Investimento, os valores devidos e não pagos ficarão sujeitos, a partir data em que se tornarem devidos e até a data de seu efetivo pagamento, à correção pela variação da Taxa Selic e, ainda, multa convencional, não compensatória, de 10% (dez por cento) sobre o valor em atraso.

Além das cominações ora previstas, ficará o Cotista inadimplente responsável por ressarcir os respectivos prejuízos a que der causa em decorrência de seu inadimplemento, arcando, ainda, com todas as custas e despesas judiciais e extrajudiciais e honorários advocatícios, decorrentes da tomada de quaisquer das medidas descritas no

Regulamento.

## 10. AMORTIZAÇÃO E RESGATE DE COTAS.

### 10.1. Amortização de Cotas.

As Cotas serão amortizadas parcial ou integralmente utilizando os Recursos Disponibilizados, observado que:

- caso a entrada dos Recursos Disponibilizados no caixa do Fundo ocorra durante o Período de Investimento, tais recursos poderão, a critério do Comitê de Investimentos, ser considerados capital disponível para novos investimentos ou serem distribuídos aos Cotistas; e
- caso a entrada dos Recursos disponibilizados no caixa do Fundo ocorra durante o período que suceder o Período de Investimento, tais recursos serão, primeiramente, utilizados pelo Gestor ou pelo Administrador, de acordo com suas respectivas atribuições, como capital disponível no Fundo para pagamento de despesas, custos, aportes e/ou obrigações contraídas pelo Fundo dentro do Período de Investimento, e, por conseguinte, para a amortização das Cotas.

Ao final do Prazo de Duração, todas as Cotas terão seu valor amortizado integralmente.

### 10.2. Resgate de Cotas.

Não haverá resgate de Cotas, exceto pelo término do Período de Duração, ou pela liquidação do Fundo, ocorrida nos termos do Regulamento.

Caso na data do término do Prazo de Duração não seja possível a alienação total ou parcial dos investimentos nas Companhias, por existirem obrigações ainda a serem salgadas e/ou cobradas, direitos de terceiros, ou ainda, devido à iliquidez dos ativos componentes da carteira do Fundo, ou por qualquer outro motivo, a amortização integral das Cotas poderá ser efetuada mediante a entrega aos Cotistas dos ativos integrantes da carteira do Fundo.

## 11. TAXA DE ADMINISTRAÇÃO.

Pela prestação de serviços de administração e gestão do Fundo, o Administrador e o Gestor farão jus a Taxa de Administração.

O Administrador receberá uma remuneração ao ano, de acordo com os percentuais previstos abaixo, conforme o valor diário do patrimônio líquido Fundo, apurado no último dia útil de cada mês, observada a remuneração mínima de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) mensais:

- 0,25% (vinte e cinco centésimos por cento), enquanto o patrimônio líquido do Fundo for de até R\$ 300.000.000,00 (trezentos milhões de reais);
- 0,22% (vinte e dois centésimos por cento), enquanto o patrimônio líquido do Fundo for superior a R\$ 300.000.000,00 (trezentos milhões de reais) e inferior a R\$ 500.000.000,00 (quinhentos milhões de reais); e
- 0,20% (vinte centésimos por cento), enquanto o patrimônio líquido do Fundo for superior a

R\$ 500.000.000,00 (quinhentos milhões de reais).

A taxa de gestão será de 0,11% (onze centésimos por cento) ao ano sobre o patrimônio líquido Fundo.

Não incidirão sobre a Taxa de Administração os encargos descritos no item (16) a seguir.

A Taxa de Administração será paga mensalmente, observado que as parcelas da taxa de gestão serão pagas diretamente pelo Fundo ao Gestor, também em caráter mensal, tudo nos termos do Regulamento.

A Taxa de Administração será calculada diariamente na base de 1/252 (um inteiro, duzentos e cinquenta e dois avos) do percentual fixado ou do montante fixo estabelecidos acima, conforme o caso, incidente sobre o valor diário do patrimônio líquido do Fundo, devendo ser provisionada diariamente como despesa do Fundo e paga mensalmente, até o 5º (quinto) dia útil do mês subsequente, com os próprios recursos da carteira, sendo o primeiro pagamento devido a partir do mês da Integralização Inicial.

A Taxa de Administração, incluindo o valor referente à taxa de gestão, deverá ser paga livre de impostos, sem considerar qualquer retenção ou dedução de qualquer tributo ou incidência governamental similar. Se for exigida por lei dedução ou retenção de quaisquer valores em decorrência da prestação dos serviços, será devido um valor adicional de forma que o valor líquido a ser recebido pelo Administrador e/ou Gestor, após tal dedução ou retenção ou pagamento, seja equivalente aos valores líquidos da Taxa de Administração, caso tais tributos, incidências e/ou retenções não ocorressem.

Caso ocorra a destituição do Gestor na forma prevista no parágrafo 3º do artigo 14 do Regulamento, em razão dos investimentos relevantes feitos por esse para a execução dos serviços aqui previstos, será devido pelo Fundo ao Gestor, a título de indenização, o valor equivalente a 0,008% (oito milésimos por cento), sobre o patrimônio líquido do Fundo na ocasião, multiplicado pelo número de meses a decorrer, a contar da data da respectiva destituição, até o encerramento do Fundo, tudo conforme indicado no Regulamento e no contrato de gestão.

A fim de manter o equilíbrio do patrimônio do Fundo, a indenização referida no parágrafo anterior deverá ser paga pelo Fundo ao Gestor nas formas e condições descritas no Regulamento.

O Fundo não cobrará taxa de ingresso, saída ou performance.

## 12. VALORIZAÇÃO PATRIMONIAL.

Observados os termos do Regulamento, a precificação dos ativos que compõem a carteira do Fundo e o respectivo reflexo no valor das Cotas são de responsabilidade do Administrador, sendo que a precificação será efetivada utilizando-se, para cada título ou valor mobiliário integrante da carteira do Fundo, os critérios estabelecidos no Anexo I – Metodologia de Marcação à Mercado ao Regulamento.

Na apuração do valor da carteira serão observadas as normas e procedimentos determinados pela CVM.

Somente serão provisionadas perdas consideradas permanentes nos ativos da carteira do Fundo.

Na ocorrência dos eventos relacionados nos incisos do artigo 55 do Regulamento, as participações nas Companhias Alvo investidas, que não sejam negociadas em bolsas de valores, deverão ser precificadas com base no seu valor econômico, apurado através do método do fluxo de caixa descontado, elaborado por instituição com comprovada experiência na matéria, escolhida pelo Comitê de Investimentos.

Todos os ativos que compõem a carteira do Fundo serão precificados, com reflexo no valor das Cotas, independente de decisão da Assembléia Geral e às expensas do próprio Fundo, sempre que ocorrer um ou mais dos seguintes casos:

- emissão de novas Cotas;
- término do Prazo de Duração, não sendo esse prorrogado, e existindo ativos na carteira do Fundo; e
- fusão, incorporação, cisão ou liquidação do Fundo.

A precificação em razão da ocorrência dos casos previstos acima deverá ser concluída em até 10 (dez) dias úteis antes da ocorrência dos respectivos eventos.

A qualquer tempo, a Assembléia Geral poderá solicitar que os ativos que compõem a carteira do Fundo sejam precificados com base no seu valor econômico, apurado através do método do fluxo de caixa descontado, elaborado por instituição escolhida pelo Gestor e com comprovada experiência na matéria, sendo que tal avaliação dar-se-á às expensas dos próprios Cotistas, e não do Fundo, não podendo ocorrer em intervalos menores de 1 (um) ano.

### 13. COMITÊ DE INVESTIMENTO.

O Fundo terá um Comitê de Investimentos, formado por 3 (três) membros, escolhidos dentre pessoas de notório conhecimento e de ilibada reputação, podendo ser eleitos, inclusive, funcionários, diretores e representantes do Gestor e dos Cotistas, dentre os quais: (i) 1 (um) membro será indicado pelo Gestor; (ii) 1 (um) membro será indicado em Assembléia Geral, observado que cada Cota terá apenas um voto; e (iii) 1 (um) membro será independente, conforme indicado pelo Gestor e pelo Administrador, em conjunto.

Os membros do Comitê de Investimentos exercerão seus mandatos pelo Prazo de Duração, podendo renunciar ou ser substituídos antes do término de tal prazo. Os membros do Comitê de Investimentos somente poderão ser substituídos por aqueles que os tiverem elegido.

O Comitê de Investimentos terá como funções, observados os demais termos e condições do Regulamento:

- discutir e propor ao Gestor metas e diretrizes de investimento e desinvestimento do Fundo, observadas as condições estabelecidas no Regulamento;
- deliberar sobre os projetos e propostas de investimento e desinvestimento do Fundo submetidos exclusivamente pelo Gestor;
- discutir e deliberar sobre as formas de participação do Fundo na administração das Companhias Alvo, que propiciem efetiva influência na definição de suas políticas estratégicas e gestão, conforme recomendações elaboradas pelo Gestor;
- deliberar sobre o Plano de Negócios;
- deliberar sobre as propostas submetidas pelo Gestor acerca (a) das datas em que os Cotistas deverão aportar recursos no Fundo mediante integralização das Cotas subscritas de acordo com seus respectivos Compromissos de Investimento; (b) do prazo para a aplicação dos recursos, a partir de cada integralização; e (c) da restituição do capital ou prorrogação deste prazo, no caso de não concretização do investimento no prazo estabelecido;
- deliberar sobre o esquema de amortização, remuneração e resgate das Cotas, na forma do Regulamento, comunicando os Cotistas acerca de tal deliberação;
- acompanhar o desempenho das companhias investidas, do Administrador, do Gestor, demais prestadores de serviços contratados nos termos do Regulamento e do Fundo;



- deliberar sobre a contratação de serviços de consultoria ou assessoria, quando julgar necessários; e
- deliberar e aprovar as demais questões e assuntos indicados no Regulamento, desde que tais prerrogativas não conflitem com a competência da Assembléia Geral.

É competência exclusiva do Gestor o encaminhamento, ao Comitê de Investimentos, das propostas de investimento e desinvestimento.

Os membros do Comitê de Investimentos reunir-se-ão sempre que necessário, atendendo a convocação escrita, feita com no mínimo 15 (quinze) dias de antecedência, a pedido do Gestor ou de qualquer de seus membros ou ainda, na eventual necessidade de esclarecimentos, pelo Administrador. A convocação escrita será dispensada quando estiverem presentes à reunião todos os membros do Comitê de Investimentos. O Administrador poderá participar das reuniões do Comitê de Investimentos, sempre que julgar necessário, mas sem direito a voto.

As reuniões do Comitê de Investimentos somente serão instaladas com a presença de, pelo menos, a maioria dos seus membros em exercício.

O Comitê de Investimentos poderá reunir-se através de conferência telefônica, vídeo conferência ou outros meios semelhantes, sendo válidas as deliberações manifestadas por tais meios, desde que tal conversa seja posteriormente lavrada em ata.

As decisões do Comitê de Investimentos serão tomadas pelo voto da maioria dos membros presentes à reunião. As decisões do Comitê de Investimentos serão necessariamente executadas pelo Gestor, exceto se a sua execução, na forma decidida pelo Comitê de Investimentos, se tornar impossível, hipótese na qual o Comitê de Investimentos deverá reunir-se para rever sua decisão.

Para o bom desempenho do Comitê de Investimentos, o Gestor ou o membro que convocar a reunião enviará aos demais participantes as seguintes informações e documentos para a deliberação, em português, conforme aplicável:

- quando se tratar de avaliação e realização de novos investimentos:
  - (i) o Plano de Negócios;
  - (ii) proposta com as datas em que deverão ser realizadas as integralizações das Cotas que tenham sido subscritas pelos Cotistas, no todo ou em parte;
  - (iii) propostas acerca da forma pela qual deve se dar a participação e influência do Fundo na definição das políticas estratégicas e na gestão da Companhia Alvo; e
  - (iv) demais documentos que julgar necessário.
- quando se tratar de monitoramento dos investimentos realizados:
  - (i) avaliação de investimentos realizados nas Companhias Alvo;
  - (ii) análises econômico-financeiras, projeções de fluxo de caixa, retomo esperado e demonstrativos financeiros de Companhias Alvo;
  - (iii) análises mercadológicas;
  - (iv) avaliação dos investimentos e adequação aos requisitos previstos no Regulamento;

- (v) estratégias para desinvestimento e eventuais ajustes propostos;
- (vi) avaliação da participação e influência do Fundo na definição das políticas estratégicas e na gestão das Companhias Alvo; e
- (vii) aspectos societários e fiscais envolvendo Companhias Alvo.

Sem prejuízo do disposto no Regulamento, todos os documentos e informações relacionados acima, sempre que aplicáveis, deverão ser encaminhados pelo Gestor e recebidos por cada um dos membros do Comitê de Investimentos com pelo menos 15 (quinze) dias de antecedência da realização de reunião em que devam ser apreciados, sob pena de suspensão e adiamento da respectiva reunião até o atendimento de tal prazo, desde que assim solicitado por qualquer dos membros do Comitê de Investimentos. Excetua-se à presente regra o Plano de Negócios o qual será encaminhado com antecedência mínima de 30 (trinta) dias.

A partir das propostas elaboradas pelo Gestor, as decisões adotadas pelo Comitê de Investimentos quanto à realização de investimentos e aquisição de Ativos Alvo deverão conter todos os elementos necessários à realização do investimento pelo Gestor, determinando o cronograma de investimento e chamadas de capital, a forma de participação na companhia investida, as principais regras de acompanhamento e monitoramento dos investimentos e os procedimentos a serem adotados para o desinvestimento futuro, atualizadas e modificadas sempre que se fizer necessário.

Das reuniões do Comitê de Investimentos serão lavradas atas, as quais serão assinadas pelos membros nelas presentes, pelo Gestor e pelo Administrador, quando estes estiverem presentes.

Os membros do Comitê de Investimentos quando remunerados, o serão na forma estabelecida pela Assembleia Geral.

Os membros do Comitê de Investimentos deverão informar ao Administrador e ao Gestor, devendo esse último deverá informar aos Cotistas, qualquer situação que os coloque, potencial ou efetivamente, em situação de conflito de interesses com o Fundo, ficando tais membros impedidos de votar nas matérias relacionadas ao objeto do conflito, enquanto permanecer o conflito.

As deliberações do Comitê de Investimentos não eximirão, restringirão ou liberarão o Administrador ou o Gestor das obrigações, deveres e responsabilidades que lhe são atribuídos pelo Regulamento ou pela regulamentação em vigor.

#### 14. TRIBUTAÇÃO.

O disposto neste item foi elaborado com base na legislação brasileira em vigor na data deste Prospecto e tem por objetivo descrever genericamente o tratamento tributário aplicável aos Cotistas e ao Fundo, assumindo, para esse fim, os percentuais de diversificação e de concentração da carteira descritos neste Prospecto. Existem algumas exceções e tributos adicionais que podem ser aplicados, motivo pelo qual os Cotistas do Fundo devem consultar seus assessores jurídicos com relação à tributação aplicável nos investimentos realizados no Fundo.

##### 14.1. Tributação do Fundo.

O Fundo não tem personalidade jurídica. Assim, não está sujeito a pagamento de diversos tributos incidentes sobre pessoas jurídicas, tais como: (i) IRPJ; (ii) CSLL; (iii) PIS; e (iv) COFINS.

As operações do Fundo estão sujeitas à alíquota zero em relação ao IOF/Títulos.

#### 14.2. Tributação dos Cotistas.

- *IOF/Títulos.*

O IOF/Títulos é cobrado à alíquota de 1% ao dia sobre o valor do resgate, liquidação ou repactuação das Cotas, limitado a um percentual do rendimento da operação, em função do prazo, conforme a tabela regressiva anexa ao Decreto nº 6.306, de 14 de dezembro de 2007, sendo este limite igual a 0% do rendimento para as operações com prazo igual ou superior a 30 dias. De qualquer forma, a alíquota do IOF/Títulos pode ser majorada a qualquer tempo, por ato do Poder Executivo, até o percentual de 1,50% (um inteiro e cinquenta centésimos por cento) ao dia.

- *IOF sobre Operações de Câmbio – IOF/Câmbio*

As conversões de moeda estrangeira para a moeda brasileira, bem como de moeda brasileira para moeda estrangeira, porventura geradas no investimento em Cotas, estão sujeitas ao IOF/Câmbio. A alíquota máxima do IOF/Câmbio definida pelo artigo 15 do Decreto nº 6.306, de 14 de dezembro de 2007, é de 25%. Atualmente, a alíquota do IOF/Câmbio aplicável à maioria das operações de câmbio é de 0,38%. Contudo, desde 17 de março de 2008 (em decorrência da edição do Decreto nº 6.391, de 12 de março de 2008), os cotistas residentes e domiciliados no exterior que ingressarem recursos no Brasil para aplicação no mercado financeiro e de capitais, estarão sujeitos à incidência do IOF/Câmbio à alíquota de 1,5%, exceto nos casos de transferências de recursos para investimento em renda variável realizada em bolsa de valores ou em bolsa de mercadorias e futuros, na forma regulamentada pelo Conselho Monetário Nacional (por intermédio dos mecanismos previstos na Resolução CMN nº 2.689) e nos investimentos em aquisição de ações, em oferta pública registrada na CVM ou para subscrição de ações, desde que, nos dois casos, as companhias emissoras tenham registro para negociação das ações em bolsas de valores, casos em que a incidência do IOF/Câmbio se dará à alíquota zero (0%).

- *Imposto de Renda.*

O Imposto de Renda aplicável aos Cotistas tomará por base (i) a residência dos Cotistas: (a) no Brasil; e (b) no exterior; e (ii) três eventos financeiros que caracterizam o rendimento realizado e a sua conseqüente tributação: (a) a cessão ou alienação de Cotas; (b) o resgate de Cotas; e (c) a amortização de Cotas.

**(A)** Cotistas Residentes no Brasil.

Os ganhos e rendimentos auferidos nas Cotas serão tributados pelo imposto de renda, à alíquota de 15% (quinze por cento). Adicionalmente, sobre os ganhos em ambiente de bolsa, mercado de balcão organizado ou mercado de balcão não organizado com intermediação, haverá retenção do Imposto de Renda, à alíquota de 0,005% (cinco milésimos por cento).

**(B)** Cotistas Residentes no Exterior.

Aos Cotistas residentes e domiciliados no exterior, por ingressarem recursos no Brasil por intermédio dos mecanismos previstos na Resolução CMN nº 2.689, é aplicável tratamento tributário específico determinado em função de residirem em Paraíso Fiscal.

**(i)** Cotistas Não Residentes em Paraíso Fiscal.

Os ganhos e rendimentos auferidos nas Cotas serão tributados pelo Imposto de Renda à alíquota zero. Esse tratamento tributário privilegiado não se aplica na hipótese de o respectivo Cotista deter, isoladamente ou em conjunto com pessoas a ele ligadas, 40% (quarenta por cento) ou mais da totalidade das Cotas ou cujas Cotas lhe derem direito ao recebimento de rendimento superior a 40% (quarenta por cento) do total do rendimento auferido pelo Fundo, ou em caso do Fundo deter em sua carteira, a qualquer tempo, títulos de dívida em percentual superior a 5% (cinco por cento) de seu patrimônio líquido (ressalvados desse limite as debêntures conversíveis em ações, os bônus de subscrição e os títulos públicos). Nesses casos (em que tais percentuais forem extrapolados), os rendimentos na cessão ou alienação das Cotas serão tributados pelo Imposto de Renda à alíquota máxima de 15% (quinze por cento), a depender da forma como for conduzida a operação.

**(ii) Cotistas Residentes em Paraíso Fiscal.**

Os Cotistas Residentes em Paraíso Fiscal, não se beneficiam do tratamento descrito no item (i) anterior, sujeitando-se ao mesmo tratamento tributário quanto ao Imposto de Renda aplicável aos Cotistas residentes no Brasil.

**15. DA NEGOCIAÇÃO DAS COTAS.**

As Cotas integralizadas do Fundo poderão ser objeto de negociação privada ou através do SFF, mantido e operacionalizado pela CETIP, observados os requisitos da regulamentação em vigor.

Na hipótese de negociação das Cotas em operações privadas, o Administrador será responsável por comprovar a qualificação do investidor que estiver adquirindo tais Cotas, de forma a cumprir com o disposto no Regulamento.

As Cotas não integralizadas não poderão ser objeto de negociação.

**16. ENCARGOS.**

Observados os termos do Capítulo XI do Regulamento, constituirão encargos do Fundo, além da Taxa de Administração, as seguintes despesas:

- taxas, impostos ou contribuições federais, estaduais ou municipais, que recaiam ou venham a recair sobre os bens, direitos e obrigações do Fundo;
- despesas com impressão, expedição e publicação de relatórios, com formulários e com periódicos, previstas na regulamentação pertinente;
- despesas com correspondência de interesse do Fundo, inclusive comunicações aos Cotistas;
- honorários e despesas dos auditores independentes encarregados da auditoria anual das demonstrações contábeis do Fundo nos termos do Regulamento;
- emolumentos e comissões devidas por operações de compra e venda de títulos e valores mobiliários integrantes da carteira do Fundo;
- honorários de advogado, custas e despesas processuais correlatas, incorridas em razão de defesa dos interesses do Fundo, em juízo ou fora dele, inclusive o valor de condenação imputada ao Fundo;

- parcela de prejuízos não coberta por apólices de seguro e não decorrente de culpa ou negligência do Administrador no exercício de suas funções;
- taxa de custódia de títulos e valores mobiliários integrantes da carteira do Fundo;
- prêmios de seguro, bem como quaisquer despesas relativas à transferência de recursos do Fundo entre bancos;
- despesas inerentes à constituição, fusão, incorporação, cisão ou liquidação do Fundo e à realização de Assembléias Gerais, até o limite de R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais) por período de 12 (doze) meses;
- despesas com a contratação de terceiros para prestar serviços legais, fiscais, contábeis e de consultoria especializada, para Ativos Alvo e, também, para atender as obrigações previstas no Regulamento relativamente aos investimentos que o Gestor esteja analisando para, potencialmente, vir a integrar a carteira do Fundo, dentro de limites estabelecidos no Regulamento, observado, ainda, o limite de R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais) por período de 12 (doze) meses; e
- despesas com a indenização, nos termos do Regulamento.

Os limites dos encargos do Fundo previstos acima poderão ser extrapolados desde que aprovados pela Assembléia Geral.

Quaisquer despesas não previstas como encargos do Fundo correrão por conta do Administrador e/ou do Gestor, conforme mencionado no Regulamento, salvo decisão contrária da Assembléia Geral.

O Administrador poderá estabelecer que parcelas da Taxa de Administração sejam pagas diretamente pelo Fundo aos prestadores de serviços que tenham sido sub-contratados pelo Administrador e/ou pelo Gestor, desde que o somatório dessas parcelas não exceda os limites fixados no Regulamento.

A contratação, pelo Fundo, de consultorias especializadas, se dará diretamente pelo Administrador, observadas as indicações do Gestor.

## 17. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES.

O Periódico em que as informações relativas ao Fundo serão divulgadas será o “Valor Econômico”. Quaisquer outras informações complementares sobre o Fundo e a Oferta poderão ser obtidas junto ao Administrador, ao Gestor, ao Distribuidor, nos endereços informados nesse Prospecto, e à CVM, em um dos seguintes endereços: (a) Rua Sete de Setembro nº 111, 5º andar, na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, ou (b) Rua Cincinato Braga, 340, 2º andar, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo.

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

#### -IV- FATORES DE RISCO

Os investimentos no Fundo estão sujeitos a riscos relativos ao Fundo e à carteira, incluindo, mas não se limitando a, os seguintes:

*Fatores Macroeconômicos Relevantes.* Variáveis exógenas tais como a ocorrência, no Brasil ou no exterior, de fatos extraordinários ou situações especiais de mercado ou, ainda, de eventos de natureza política, econômica ou financeira que modifiquem a ordem atual e influenciem de forma relevante o mercado financeiro e/ou de capitais brasileiro, incluindo variações nas taxas de juros, eventos de desvalorização da moeda e mudanças legislativas, poderão resultar em perdas para os Cotistas. Não será devido pelo Fundo ou por qualquer pessoa, incluindo o Administrador e/ou o Gestor, qualquer indenização, multa ou penalidade de qualquer natureza, caso os Cotistas sofram qualquer dano ou prejuízo resultante de quaisquer de tais eventos.

*Risco de Liquidez na Amortização e Resgate.* O Fundo está sujeito a riscos de liquidez no tocante às amortizações e ao resgate final de Cotas. O Fundo pode não estar apto a efetuar pagamentos relativos às amortizações e ao resgate final de suas Cotas no caso de (i) falta de liquidez dos mercados nos quais os títulos e valores mobiliários integrantes da carteira são negociados, e/ou (ii) condições atípicas de mercado.

*Riscos de Liquidez das Cotas.* Em razão da não existência (i) de um mercado secundário ativo e organizado para as Cotas e (ii) de o Fundo ser constituído sob a forma de condomínio fechado, inadmitindo que o Cotista resgate suas Cotas a qualquer tempo, eles, os Cotistas, podem ter dificuldade em realizar seus investimentos.

*Resgate por meio da dação em pagamento dos ativos integrantes de carteira do Fundo.* O Regulamento estabelece que o Fundo poderá efetuar o resgate das Cotas caso, findo o Prazo de Duração, ainda existam ativos na carteira do Fundo. Nesse caso, os Cotistas poderão encontrar dificuldades para alienar tais ativos entregues em dação.

*Concentração e Riscos da Carteira.* A carteira do Fundo poderá estar concentrada em valores mobiliários de emissão de poucas Companhias Alvo, ou até uma única, tornando os riscos dos investimentos diretamente relacionados à performance de tais companhias.

*Ausência de Companhias Alvo.* O Fundo foi constituído com a finalidade de investir seus recursos em Companhias Alvo cujo objeto envolva energia renovável. Assim, não há garantia de serem encontradas companhias dispostas a permitir a participação do Fundo, ou companhias cujos Ativos Alvo estejam com preço atrativo ao Fundo durante o Período de Investimento.

*Risco do Mercado de Atuação das Companhias Alvo.* Tendo em vista que o Fundo aplicará a maior parte de seus recursos em Companhia Alvo cuja atuação estará voltada aos mercados de energia renovável, e o rendimento das Cotas dependerá da realização de tais investimentos, o Fundo estará sujeito aos riscos inerentes aos mercados de energia, de forma que, qualquer ato ou fato que impacte negativamente, no todo ou em parte, tais mercados ou tais Companhias Alvo, poderá causar efeitos adversos no patrimônio líquido do Fundo e, por conseguinte, em suas Cotas.

*Não Existência de Garantia de Eliminação de Riscos.* A realização de investimentos no Fundo expõe o investidor aos riscos a que o Fundo está sujeito, os quais poderão acarretar perdas para os Cotistas. Embora o Gestor mantenha sistema de gerenciamento de riscos das aplicações do Fundo, não há qualquer garantia de completa eliminação da possibilidade de perdas para o Fundo e para os Cotistas. Em condições adversas de mercado, esse sistema de gerenciamento de riscos poderá ter sua eficiência reduzida.

*Risco de Mercado.* O valor dos ativos que integram a carteira do Fundo pode aumentar ou diminuir de acordo com as flutuações de preços e Cotações de mercado. Em caso de queda do valor dos ativos, o patrimônio do Fundo pode ser afetado. A queda nos preços dos ativos integrantes da carteira do Fundo pode ser temporária, não existindo, no entanto, garantia de que não se estenda por períodos longos e/ou indeterminados.

*Risco de Crédito.* Consiste no risco dos emissores de Ativos Alvo que integram a carteira do Fundo não cumprirem com suas obrigações de pagá-las pontual e integralmente. Alterações na avaliação do risco de crédito do emissor podem acarretar oscilações no preço de negociação dos títulos que integram a carteira do Fundo.

*Risco da Titularidade Indireta.* A titularidade das Cotas não confere aos Cotistas o domínio direto sobre ativos integrantes da carteira do Fundo ou sobre fração ideal específica desses ativos, sendo exercidos os direitos dos Cotistas sobre todos os ativos integrantes da carteira do Fundo de modo não individualizado, por intermédio do Administrador.

*Risco de Derivativos.* Embora o Fundo possa utilizar instrumentos derivativos exclusivamente para proteger as suas posições detidas à vista, essa proteção pode não ser perfeita, gerando oscilações adversas nas Cotas.

O Administrador e o Gestor, salvo por culpa ou dolo, não serão responsáveis pela eventual depreciação dos Ativos Alvo da carteira ou por quaisquer perdas ou prejuízos que venham a ser suportados pelo Fundo e pelos seus Cotistas, em decorrência dos fatores acima elencados.



(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

- V -

## **DECLARAÇÃO DO ADMINISTRADOR E DO DISTRIBUIDOR**

Nos termos do artigo 56 da Instrução CVM 400, o Administrador e o Distribuidor declaram que este Prospecto contém as informações relevantes necessárias ao conhecimento, pelos investidores, do Fundo, sua política de investimento, riscos inerentes à aplicação nele e quaisquer outras informações relevantes. O Administrador e o Distribuidor afirmam ainda que tomaram todas as cautelas e agiram com elevados padrões de diligência para assegurar que: (i) as informações prestadas neste Prospecto, relacionadas ao Fundo e à Oferta, sejam verdadeiras, consistentes, corretas e suficientes, permitindo aos investidores uma tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta; (ii) as informações fornecidas ao mercado durante todo o prazo de distribuição, inclusive aquelas eventuais ou periódicas, que venham a integrar o presente Prospecto, sejam suficientes, permitindo aos investidores a tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta; e (iii) o presente Prospecto fosse elaborado de acordo com as normas pertinentes.

Assunções, previsões e eventuais expectativas futuras constantes do Prospecto estão sujeitas a incertezas de natureza econômica, política e competitiva, e não devem ser interpretadas como promessa ou garantia de rentabilidade ou desempenho por parte do Fundo ou das companhias que ele vier a investir. Os potenciais investidores deverão conduzir suas próprias investigações acerca de eventuais tendências ou previsões discutidas ou inseridas neste Prospecto, bem como acerca das metodologias e assunções em que se baseiam as discussões dessas tendências e previsões.

O registro não implica, por parte da CVM, garantia de veracidade das informações prestadas ou julgamento sobre a qualidade das Quotas a serem distribuídas e é concedido segundo critérios formais de legalidade.

Maiores informações sobre o Fundo ou sobre a Oferta poderão ser obtidas junto ao Administrador, ao Distribuidor ou na CVM.

**BANCO SANTANDER S.A.**  
Administrador

**BANCO DO NORDESTE S.A. – BNB**  
Distribuidor

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

**- VI -**  
**ATENDIMENTO AOS CLIENTES**

Solicitações, sugestões, reclamações e informações adicionais podem ser obtidas conforme dados a seguir:

No período de distribuição:

Distribuidor:

**BANCO DO NORDESTE S.A. – BNB**

Avenida Paranjana, 5.700

Fortaleza/CE

CEP 42700-000

Telefone: (+55 11) 2172-4128

Fac-símile: (+55 11) 3284-0519

Correio eletrônico: mlopes@bnb.gov.br

www.bnb.gov.br

Administrador:

**BANCO SANTANDER S.A.**

Rua Amador Bueno, 474

São Paulo/SP

CEP 04.752-901

Telefone: (+55 11) 3012-5780

Fac-símile: (+55 11) 3012-7371

Correio eletrônico: lrjunior@santander.com.br

www.santander.com.br

Após o período de distribuição:

Administrador:

**BANCO SANTANDER S.A.**

Rua Amador Bueno, 474

São Paulo/SP

CEP 04.752-901

Telefone: (+55 11) 3012-5780

Fac-símile: (+55 11) 3012-7371

Correio eletrônico: lrjunior@santander.com.br

www.santander.com.br

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

## ANEXO I

### REGULAMENTO DO FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES NORDESTE ENERGIA

#### ÍNDICE

CAPÍTULO I	- DO FUNDO .....	- 37 -
CAPÍTULO II	- DO OBJETIVO E DA POLÍTICA DE INVESTIMENTO.....	- 37 -
CAPÍTULO III	- ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO.....	- 40 -
	<i>Seção I- Administração .....</i>	<i>- 40 -</i>
	<i>Seção II - Gestão .....</i>	<i>- 42 -</i>
	<i>Seção III - Disposições Comuns ao Administrador e ao Gestor.....</i>	<i>- 44 -</i>
	<i>Seção IV - Taxa de Administração - Remuneração do Administrador e do Gestor.....</i>	<i>- 46 -</i>
CAPÍTULO IV	- DEMAIS TERCEIROS CONTRATADOS .....	- 47 -
CAPÍTULO V	- PLANO DE NEGÓCIOS.....	- 48 -
CAPÍTULO VI	- COMITÊ DE INVESTIMENTOS.....	- 49 -
CAPÍTULO VII	- ASSEMBLÉIA GERAL.....	- 52 -
CAPÍTULO VIII	- EMISSÃO, SUBSCRIÇÃO, INTEGRALIZAÇÃO E NEGOCIAÇÃO DE COTAS.....	- 54 -
	<i>Seção I - Cotistas e Cotas.....</i>	<i>- 54 -</i>
	<i>Seção II - Emissão e Subscrição de Cotas .....</i>	<i>- 55 -</i>
	<i>Seção III - Negociação das Cotas .....</i>	<i>- 58 -</i>
CAPÍTULO IX	- AMORTIZAÇÃO E RESGATE DE COTAS.....	- 59 -
CAPÍTULO X	- LIQUIDAÇÃO E ENCERRAMENTO DO FUNDO .....	- 59 -
CAPÍTULO XI	- ENCARGOS DO FUNDO .....	- 60 -
CAPÍTULO XII	- DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS E DEMAIS INFORMAÇÕES.....	- 62 -
CAPÍTULO XIII	- AVALIAÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO .....	- 64 -
CAPÍTULO XIV	- RISCOS ASSOCIADOS AO INVESTIMENTO NO FUNDO.....	- 65 -
CAPÍTULO XV	- DISPOSIÇÕES GERAIS.....	- 67 -



## **REGULAMENTO DO FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES NORDESTE ENERGIA**

### **CAPÍTULO I - DO FUNDO**

Artigo 1º. O FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES NORDESTE ENERGIA (“FUNDO”), constituído sob a forma de condomínio fechado, é regido pelo presente Regulamento, pela Instrução nº 391, de 16 de julho de 2003, da Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”), conforme alterada (“ICVM 391”), e demais disposições aplicáveis.

Artigo 2º. O FUNDO terá prazo de duração de 15 (quinze) anos, contado da data da Integralização Inicial nos termos do artigo 37, parágrafo 1º, deste Regulamento, admitida, por decisão da Assembléia Geral, a prorrogação do seu prazo (“Prazo de Duração”), sendo que tal prorrogação poderá ocorrer no caso do parágrafo 2º a seguir.

Parágrafo 1º. Será considerado, para fins deste Regulamento, “Período de Investimento” os 3 (três) primeiros anos de duração do FUNDO, a contar da Integralização Inicial.

Parágrafo 2º. O Período de Investimento e o Prazo de Duração do FUNDO poderão ser prorrogados, desde que aprovado pela Assembléia Geral.

Parágrafo 3º. O FUNDO poderá, em caráter excepcional, fazer desinvestimentos durante o Período de Investimento, desde que aprovado pelo Comitê de Investimentos (conforme definição do artigo 21 deste Regulamento).

Parágrafo 4º. Em caráter excepcional, o FUNDO poderá realizar investimentos após o encerramento do Período de Investimento, nos seguintes casos: (i) investimentos aprovados pelo Comitê de Investimentos durante o Período de Investimento e ainda não efetivados integralmente; ou (ii) novos investimentos nas companhias investidas ou em suas subsidiárias, desde que aprovados pelo Comitê de Investimentos.

Parágrafo 5º. O FUNDO poderá ser extinto, encerrando desse modo suas atividades, (i) caso a Assembléia Geral delibere por sua liquidação, ou (ii) caso tenha encerrado o Prazo de Duração.

### **CAPÍTULO II - DO OBJETIVO E DA POLÍTICA DE INVESTIMENTO**



Artigo 3º. O objetivo do FUNDO é proporcionar aos seus cotistas a valorização de suas cotas mediante a aquisição de: (i) ações; (ii) debêntures; (iii) bônus de subscrição; ou (iv) outros títulos e valores mobiliários conversíveis ou permutáveis em ações, de emissão das Companhias Alvo (conforme definição do parágrafo 1º, abaixo), e que atendam ao previsto nos parágrafos 1º e 2º (“Ativos Alvo”).

Parágrafo 1º. Os Ativos Alvo, objeto de investimento pelo FUNDO, deverão ser obrigatoriamente de emissão de companhias sediadas no Brasil, cujo objeto social contemple, precipuamente (“Companhias Alvo”):

- a) desenvolvimento e/ou investimento de/em atividades no setor de energia renovável;
- b) desenvolvimento e/ou investimento de/em tecnologias e/ou metodologias e/ou processos para o setor de energia renovável;
- c) produção e/ou montagem de equipamentos e/ou partes de equipamentos, e/ou prestação de serviços técnicos destinados ao setor de energia renovável; e
- d) participação em sociedades que tenham por objeto social o descrito nas alíneas ‘a’, ‘b’ e ‘c’ anteriores.

Parágrafo 2º. Somente poderão ser alvo de investimento do FUNDO, Companhias Alvo que atendam, cumulativamente, aos seguintes requisitos:

- a) seja assegurado ao FUNDO a participação na administração da Companhia Alvo e influência do FUNDO na definição de sua política estratégica e gestão, de acordo com um ou mais dos seguintes critérios:
  - (i) nomeação de um ou mais membros do Conselho de Administração;
  - (ii) detenção de ações que integrem o respectivo bloco de controle;
  - (iii) celebração de acordo de acionistas; ou
  - (iv) celebração de ajuste de natureza diversa ou adoção de procedimento que assegure ao FUNDO efetiva influência na definição da política estratégica e na gestão da Companhia Alvo;
- b) desenvolvam atividades e negócios primordialmente no nordeste brasileiro, sendo que esse requisito poderá ser suprimido mediante decisão do Comitê de Investimentos;
- c) as companhias fechadas, sempre que forem objeto de investimento pelo FUNDO, deverão adotar as seguintes práticas de governança corporativa:

- (i) o respectivo estatuto social deverá conter disposições que proíbam a emissão de partes beneficiárias pela companhia, sendo que à época da realização de investimento pelo FUNDO não poderão existir quaisquer partes beneficiárias de emissão da companhia em circulação;
- (ii) os membros do Conselho de Administração da companhia, quando houver, deverão ter mandato unificado de 1 (um) ano;
- (iii) exigência de instalação do Conselho Fiscal sempre que requisitado pelo FUNDO, sendo conferido ao FUNDO a faculdade de nomeação de 1 (um) membro;
- (iv) disponibilização de informações sobre contratos com partes relacionadas, acordos de acionistas, programas de opção de aquisição de ações e outros valores mobiliários de emissão da companhia, se houver;
- (v) adesão a uma câmara de arbitragem para resolução de conflitos societários;
- (vi) auditoria anual de suas demonstrações contábeis por auditores independentes registrados na CVM; e
- (vii) obrigar-se perante o FUNDO a, no caso de abertura de seu capital, (i) adotar os padrões de governança corporativa definidos conforme anexos da Resolução nº 3.456, de 1º de junho 2007, do Conselho Monetário Nacional, bem como (ii) aderir a segmento especial de bolsa de valores ou entidade mantenedora de mercado de balcão organizado credenciada na CVM que assegure, no mínimo, níveis de prática de governança corporativa previstas nas alíneas anteriores.

Parágrafo 3º. Caberá ao Gestor analisar e negociar a participação do FUNDO prevista na alínea ‘a’ do parágrafo 1º deste artigo e ao Comitê de Investimentos aprovar tal participação.

Artigo 4º. O FUNDO, em sua política de investimento, deve observar os seguintes limites de concentração:

- I. no mínimo 90% (noventa por cento) da carteira do FUNDO deverá ser investido em Ativos Alvo; e
- II. no máximo 10% (dez por cento) da carteira do FUNDO poderá ser aplicado em Investimentos de Liquidez (definidos no parágrafo 3º, abaixo), de livre escolha do Gestor, observados os termos do artigo 5º deste Regulamento.

Parágrafo 1º. Os limites previstos neste artigo não precisarão ser observados pelo prazo de 90 (noventa) dias a partir da data da Integralização Inicial, nem pelo período de 90 (noventa) dias que anteceder qualquer data de amortização e/ou de resgate de cotas.

Parágrafo 2º. Caberá ao Gestor analisar, negociar e selecionar os Ativos Alvo e ao Comitê de Investimentos aprovar a realização de investimento e de desinvestimento.

Parágrafo 3º. O FUNDO poderá aplicar, nos termos deste artigo 4º deste Regulamento, seus excedentes de caixa em títulos de renda fixa públicos ou privados ou, caso necessário, mantê-los em moeda corrente nacional em conta-corrente de sua titularidade (“Investimentos de Liquidez”).

Parágrafo 4º. Os Investimentos de Liquidez devem ter seu vencimento, resgate, opção ou liquidez em até 60 (sessenta) dias e somente podem ser realizados em títulos públicos federais ou certificados de depósito bancário (“CDB”) de livre escolha do Gestor, desde que a instituição financeira emitente do CDB tenha sido classificada como “grau investimento no Brasil” por uma ou mais agências de classificação de risco aprovada pelo Comitê de Investimentos.

Artigo 5º. É vedado ao FUNDO:

- I. a realização de operações com derivativos, exceto quando tais operações sejam realizadas exclusivamente para fins de proteção patrimonial através de operações com opções que tenham como ativo subjacente valor mobiliário que integre a carteira do FUNDO ou no qual haja direito de conversão; e
- II. contrair ou efetuar todo e qualquer tipo de empréstimo.

### **CAPÍTULO III - ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO**

Artigo 6º. O FUNDO contará com administração e gestão independentes, sendo o primeiro essencialmente responsável pelos assuntos relacionados à prestação de informações relativas ao FUNDO e, o segundo, pela identificação, análise e propositura de oportunidades de investimento ao Comitê de Investimentos, bem como pelo gerenciamento dos investimentos feitos pelo FUNDO, dentre outras competências previstas neste Regulamento e na regulamentação aplicável.

#### ***Seção I - Administração***

Artigo 7º. O FUNDO é administrado pelo BANCO SANTANDER S.A., instituição financeira com sede na Rua Amador Bueno, 474, Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 90.400.888/0001-42 (“Administrador”).

Parágrafo Único. O BANCO SANTANDER S.A. fará, ainda, a prestação dos serviços de custódia, controladoria, tesouraria e contabilidade do FUNDO, assim como o de escrituração de cotas, tudo nos termos da regulamentação em vigor.

Artigo 8º. Além das atribuições que lhe são conferidas pela regulamentação em vigor, em especial pelo artigo 14 da ICVM 391, incumbe ao Administrador:

- I. providenciar, junto com as demonstrações contábeis semestrais e anuais, parecer a respeito das operações e resultados do FUNDO, elaborado pelo Gestor, incluindo a declaração de que foram obedecidas as disposições da ICVM 391 e deste Regulamento;
- II. cumprir e, na medida de suas atribuições, fazer cumprir as deliberações da Assembléia Geral e do Comitê de Investimentos;
- III. divulgar a todos os cotistas e à CVM, qualquer ato ou fato relevante atinente ao FUNDO;
- IV. exercer, ou diligenciar para que sejam exercidos, todos os direitos inerentes ao patrimônio e às atividades do FUNDO;
- V. firmar, em nome do FUNDO, mediante prévia aprovação do Comitê de Investimentos, acordos de acionistas das sociedades de que o FUNDO participe;
- VI. fornecer aos cotistas que, isolada ou conjuntamente, sendo detentores de pelo menos 10% (dez por cento) das cotas emitidas, assim requererem, estudos e análises de investimento, elaborados pelo Gestor, que fundamentem as decisões tomadas em Assembléia Geral, incluindo os registros apropriados com as justificativas das recomendações e respectivas decisões; e
- VII. se houver, fornecer aos cotistas que, isolada ou conjuntamente, sendo detentores de pelo menos 10% (dez por cento) das cotas emitidas, assim requererem, atualizações periódicas dos estudos e análises elaborados pelo Gestor, permitindo acompanhamento dos investimentos realizados, objetivos alcançados, perspectivas de retorno e identificação de possíveis ações que maximizem o resultado do investimento.

Artigo 9º. O Administrador obriga-se a comunicar aos cotistas, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, a respeito da ocorrência, bem como a tomar, em conjunto com o Gestor, as medidas necessárias para garantir a regularidade, de todas as transações em moeda nacional, ou envolvendo títulos e valores mobiliários, títulos de crédito, ou qualquer ativo passível de

ser convertido em dinheiro que ultrapassar limite fixado pela Circular nº 2.852, de 3 de dezembro de 1998, do Banco Central do Brasil e pela ICVM 391, com a finalidade de prevenir e combater as atividades relacionadas com os crimes de “lavagem de dinheiro” ou ocultação de bens, direitos e valores identificados pela Lei nº 9.613, de 3 de março de 1998.

## ***Seção II - Gestão***

Artigo 10. Fará a gestão dos ativos do FUNDO, conforme contrato celebrado pelo Administrador, em nome do FUNDO (“Contrato de Gestão”), NSG Capital Administração de Recursos S.A., sociedade anônima com sede na Rua Professor Souza, 22 - D, Sala 105, Bacaxá, Cidade de Saquarema, Estado do Rio de Janeiro, inscrita no CNPJ sob o número 08.113.859/0001-19, devidamente autorizada pela CVM a exercer a atividade de administração de carteira de valores mobiliários, por meio do Ato Declaratório CVM nº 8881 de 26 de julho de 2006 (“Gestor”).

Artigo 11. O Gestor, observadas as limitações legais, bem como o respectivo Contrato de Gestão, tem poderes para praticar, em nome do FUNDO, todos os atos necessários à gestão da carteira do FUNDO, a fim de fazer cumprir os objetivos deste FUNDO, inclusive com poderes para: adquirir e alienar livremente títulos e valores mobiliários em conformidade com a política de investimentos do FUNDO estabelecida neste Regulamento; transigir, dar e receber quitação, outorgar mandatos, e enfim praticar todos os atos necessários para a gestão da carteira do FUNDO, observadas (i) as limitações deste Regulamento, (ii) o que for decidido nas Assembléias Gerais de cotistas, (iii) as determinações do Comitê de Investimentos e (iv) a legislação em vigor.

Parágrafo 1º. O FUNDO constitui o Gestor como seu representante legal perante quaisquer terceiros, exclusivamente para o cumprimento das atribuições conferidas ao Gestor neste Regulamento e pela legislação em vigor, outorgando-lhe todos os poderes necessários para tanto.

Parágrafo 2º. Sem prejuízo do disposto no parágrafo 1º anterior, o Administrador confere ao Gestor, nos termos do artigo 10 da ICVM nº 391/03, todos os poderes necessários e suficientes para que o Gestor exerça, em nome e no interesse do FUNDO, todos os direitos inerentes aos títulos e valores mobiliários integrantes da carteira do FUNDO, incluindo, mas não se limitando, poderes para que, em seu nome, o Gestor possa representar o FUNDO nas assembléias de acionistas das companhias investidas, sempre visando o cumprimento dos objetivos do FUNDO.

Parágrafo 3º. Não obstante a delegação referida no parágrafo 2º deste artigo, o Gestor deverá enviar ao Administrador:

- a) cópia da respectiva carta de convocação, com a antecedência mínima de 10 (dez) dias contados da data da assembléia; e

- b) cópia da respectiva ata, no prazo de 10 (dez) dias contados da data da assembléia, acompanhada dos atos societários alterados, se for o caso.

Artigo 12. São obrigações do Gestor:

- I. exercer, ou diligenciar para que sejam exercidos, todos os direitos inerentes ao patrimônio e às atividades do FUNDO;
- II. atualizar e enviar ao Administrador, no prazo de 10 (dez) dias contados do final de cada trimestre, os estudos e análises, permitindo o acompanhamento dos investimentos realizados, objetivos alcançados, perspectivas de retorno e identificação de possíveis ações que maximizem o resultado do investimento;
- III. exercer ou alienar, quando possível, o direito de subscrição de ações e de outros Ativos Alvo das Companhias Alvo das quais o FUNDO seja titular;
- IV. participar, presidir e indicar secretário para as reuniões do Comitê de Investimentos;
- V. cumprir e, na medida de suas atribuições, fazer cumprir as deliberações do Comitê de Investimentos relativas à realização de despesas e investimentos ou baixa de ativos;
- VI. identificar, analisar, negociar, estruturar e documentar todas as alternativas de investimentos propostos ao Comitê de Investimentos para integrar a carteira de ativos do FUNDO;
- VII. propor alternativas de investimento e desinvestimento aos membros do Comitê de Investimentos;
- VIII. negociar, em nome do FUNDO, os acordos de acionistas e demais contratos necessários ao cumprimento dos objetivos do FUNDO;
- IX. proteger e promover os interesses do FUNDO junto às companhias investidas, inclusive iniciando quaisquer ações legais, caso necessário;
- X. representar o FUNDO nas assembléias de acionistas das companhias investidas, e atuar junto aos demais acionistas das companhias investidas de forma que, quando cabível, esses acompanhem as propostas apresentadas em nome do FUNDO a respeito das matérias que serão deliberadas, e disponibilizar, por meio eletrônico, as atas das assembléias de acionistas aos membros do Comitê de Investimentos em até 7 (sete) dias corridos após sua realização;
- XI. fornecer orientação estratégica às companhias investidas, incluindo identificação de potenciais mercados e parceiros estratégicos, bem como reestruturação financeira;

- XII. manter acompanhamento contínuo do desempenho dos investimentos do FUNDO;
- XIII. transferir ao FUNDO qualquer benefício ou vantagem que possa alcançar em decorrência de sua condição de Gestor;
- XIV. cumprir e, na medida de suas atribuições, fazer cumprir todas as disposições constantes deste Regulamento, da Assembléia Geral e do Comitê de Investimentos, observado que, no caso de discordância com as decisões do Assembléia Geral e do Comitê de Investimentos, desde que devidamente justificada, sua decisão prevalecerá; e
- XV. enviar ao Administrador, no prazo de 30 (trinta) dias contado do encerramento de cada semestre o parecer a respeito das operações e resultados do FUNDO.

Parágrafo Único. Sempre que forem requeridas informações na forma prevista nos incisos VI e VII do artigo 8º, o Gestor poderá solicitar ao Administrador que submeta a questão à prévia apreciação da Assembléia Geral, tendo em conta os interesses do FUNDO e dos demais cotistas e eventuais conflitos de interesses em relação a conhecimentos técnicos e às empresas nas quais o FUNDO tenha investido, ficando, nessa hipótese, impedidos de votar os cotistas que requereram a informação.

### ***Seção III - Disposições Comuns ao Administrador e ao Gestor***

Artigo 13. O Administrador e o Gestor poderão renunciar à administração ou gestão do FUNDO, mediante notificação por escrito endereçada a cada cotista e à CVM, bem como ao Administrador ou ao Gestor, conforme o caso, com antecedência de, no mínimo, 60 (sessenta) dias. Nessa hipótese, o renunciante deverá imediatamente convocar Assembléia Geral para deliberar sobre a sua substituição (observado o *quorum* de deliberação), a ser realizada no prazo de até 10 (dez) dias, contado da data de encaminhamento da notificação de que trata este artigo.

Artigo 14. A destituição ou substituição do Administrador e/ou Gestor poderá ocorrer por deliberação da Assembléia Geral, nos termos dos parágrafos 1º e 3º deste artigo, devendo, em qualquer desses casos, a Assembléia Geral se reunir para deliberar sobre a eleição de seu substituto, o que poderá ocorrer mediante convocação do próprio Administrador e/ou Gestor, de cotistas representando ao menos 5% (cinco por cento) dos votos atribuídos às cotas, ou da CVM.

Parágrafo 1º. A Assembléia Geral poderá deliberar pela destituição do Administrador, ou do Gestor, conforme o caso, com justa causa, na ocorrência de quaisquer das seguintes hipóteses:

- a) descumprimento pelo Administrador ou pelo Gestor de quaisquer de suas obrigações, deveres ou atribuições nos termos previstos neste Regulamento ou na legislação e regulamentação aplicável; ou
- b) culpa, dolo ou má-fé do Administrador, ou do Gestor, no exercício de suas atividades.

Parágrafo 2º. As alíneas 'a' e 'b' do parágrafo 1º anterior não se aplicam em casos de força maior ou caso fortuito na forma da legislação, hipóteses em que o Administrador, ou o Gestor, não poderá ser destituído com justa causa.

Parágrafo 3º. O Administrador e/ou o Gestor poderão ainda ser destituídos de suas funções pela Assembléia Geral, sem justa causa, em comum acordo ou desde que estejam presentes os seguintes requisitos, cumulativamente:

- a) adoção de deliberação nesse sentido por cotistas representando, no mínimo, 2/3 (dois terços) mais um dos votos representativos das cotas integralizadas; e
- b) recebimento pelo Administrador, ou pelo Gestor, de uma advertência, com no mínimo 3 (três) meses de antecedência da destituição, advertência essa que deve ter sido aprovada em Assembléia Geral por deliberação de cotistas representando no mínimo 2/3 (dois terços) mais um dos votos representativos das cotas integralizadas com indicação, se for o caso, da insatisfação dos cotistas com o desempenho do Administrador, ou do Gestor, ou das razões da advertência.

Parágrafo 4º. No cálculo das cotas a que se refere o parágrafo anterior, ficam excluídas as cotas detidas pelo Administrador ou pelo Gestor e/ou por pessoas físicas ou jurídicas ligadas ao Administrador ou ao Gestor.

Parágrafo 5º. Nas hipóteses de renúncia, destituição ou descredenciamento, o Administrador, ou o Gestor, continuará obrigado a prestar os serviços de administração do FUNDO até que outra instituição venha a lhe substituir, observados, entretanto, os prazos previstos nos artigos 11 e 13, *caput*, da ICVM 391.

Parágrafo 6º. Em caso de renúncia ou destituição do Administrador, ou do Gestor, tal fato deverá ser imediatamente comunicado pelo Administrador à CVM que poderá indicar um substituto temporário até a eleição de um novo Administrador, ou Gestor.

Parágrafo 7º. Nas hipóteses de renúncia, destituição ou descredenciamento do Administrador, ou do Gestor, esse deverá, colocar à disposição do Novo Administrador, ou do Novo Gestor, no prazo de 25 (vinte e cinco) dias úteis, contado a partir da escolha do Novo Administrador, ou do Novo Gestor, pela Assembléia Geral, todos os registros, relatórios, extratos, bancos de dados e



demais informações sobre o FUNDO e sobre sua atuação que tenham sido obtidos, gerados, preparados ou desenvolvidos pelo Gestor ou por qualquer de seus agentes envolvidos, direta ou indiretamente, com a gestão do FUNDO, independentemente do meio em que as mesmas estejam armazenadas ou disponíveis, de forma que o Novo Administrador, ou o Novo Gestor, possa cumprir regularmente os deveres e as obrigações, nos termos deste Regulamento.

Parágrafo 8º. Nas hipóteses de renúncia, destituição ou descredenciamento do Gestor, o Administrador deverá efetuar a gestão ou contratar um gestor temporário e convocar imediatamente uma Assembléia Geral para que os cotistas escolham o novo gestor do FUNDO.

Parágrafo 9º. Sem prejuízo do disposto neste Regulamento, o Administrador e o Gestor responderão pelos prejuízos causados aos cotistas, conforme definido no parágrafo 5º do artigo 9º da ICVM 391.

#### ***Seção IV - Taxa de Administração - Remuneração do Administrador e do Gestor***

Artigo 15. Pela prestação de serviços de administração e gestão do FUNDO, o Administrador e o Gestor farão jus a uma remuneração (“Taxa de Administração”). O Administrador receberá uma remuneração ao ano, de acordo com os percentuais previstos abaixo, conforme o valor diário do patrimônio líquido FUNDO, apurado no último dia útil de cada mês, observada a remuneração mínima de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) mensais:

- I. 0,25% (vinte e cinco centésimos por cento), enquanto o patrimônio líquido do FUNDO for de até R\$ 300.000.000,00 (trezentos milhões de reais);
- II. 0,22% (vinte e dois centésimos por cento), enquanto o patrimônio líquido do FUNDO for superior a R\$ 300.000.000,00 (trezentos milhões de reais) e inferior a R\$ 500.000.000,00 (quinhentos milhões de reais); e
- III. 0,20% (vinte centésimos por cento), enquanto o patrimônio líquido do FUNDO for superior a R\$ 500.000.000,00 (quinhentos milhões de reais).

Parágrafo 1º. A taxa de gestão será de 0,11% (onze centésimos por cento) ao ano sobre o patrimônio líquido FUNDO.

Parágrafo 2º. Não incidirão sobre a Taxa de Administração os encargos descritos no Capítulo XI.

Parágrafo 3º. A Taxa de Administração será paga mensalmente, observado que as parcelas da taxa de gestão serão pagas diretamente pelo FUNDO, também em caráter mensal, tudo nos termos do parágrafo 4º a seguir.

Parágrafo 4º. A Taxa de Administração será calculada diariamente na base de

1/252 (um inteiro, duzentos e cinquenta e dois avos) do percentual fixado ou do montante fixo estabelecidos no *caput* e parágrafo 1º deste artigo, conforme o caso, incidente sobre o valor diário do patrimônio líquido do FUNDO, devendo ser provisionada diariamente como despesa do FUNDO e paga mensalmente até o 5º (quinto) dia útil do mês subsequente, com os próprios recursos da carteira, sendo o primeiro pagamento devido a partir do mês da Integralização Inicial.

Parágrafo 5º. A Taxa de Administração, incluindo o valor referente à taxa de gestão, deverá ser paga livre de impostos, sem considerar qualquer retenção ou dedução de qualquer tributo ou incidência governamental similar. Se for exigida por lei dedução ou retenção de quaisquer valores em decorrência da prestação dos serviços, será devido um valor adicional de forma que o valor líquido a ser recebido pelo Administrador e/ou Gestor, após tal dedução ou retenção ou pagamento, seja equivalente aos valores líquidos da Taxa de Administração, caso tais tributos, incidências e/ou retenções não ocorressem.

Parágrafo 6º. Caso ocorra a destituição do Gestor na forma prevista no parágrafo 3º do artigo 14, em razão dos investimentos relevantes feitos por esse para a execução dos serviços aqui previstos, será devido pelo FUNDO ao Gestor, a título de indenização, o valor equivalente a 0,008% (oito milésimos por cento), sobre o patrimônio líquido do FUNDO na ocasião, multiplicado pelo número de meses a decorrer, a contar da data da respectiva destituição, até o encerramento do FUNDO, nos termos do *caput* do artigo 2º, tudo conforme indicado no Contrato de Gestão.

Parágrafo 7º. A fim de manter o equilíbrio do patrimônio do FUNDO, a indenização referida no parágrafo anterior deverá ser paga pelo FUNDO ao Gestor, *mutatis mutandis*, nas mesmas formas, prazos e condições descritos nos parágrafos 3º e 4º deste artigo, até a liquidação integral do FUNDO.

Artigo 16. O FUNDO não cobrará taxa de ingresso, saída ou performance.

## **CAPÍTULO IV - DEMAIS TERCEIROS CONTRATADOS**

Artigo 17. O Administrador, nos termos da ICVM 391, contratará, em nome do FUNDO, os seguintes prestadores de serviço:

- I. BANCO DO NORDESTE DO BRASIL S.A. - BNB, instituição financeira com sede na Cidade de Fortaleza, Estado do Ceará, na Avenida Paranjana, 5700, Bloco C1, Superior, inscrita no CNPJ sob o nº 07.237.373/0001-20, para a prestação dos serviços distribuição e colocação das cotas do FUNDO, os quais deverão ser realizados nos termos da regulamentação em vigor (“Distribuidor”); e

- II. KPMG Auditores Independentes, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Dr. Renato Paes de Barros, 33, inscrito no CNPJ sob o nº 57.755.217/0001-29, para a prestação dos serviços de auditor independente, os quais deverão ser realizados nos termos da regulamentação em vigor.

Parágrafo Único. As instituições contratadas para os serviços previstos nos incisos deste artigo responderão pelos prejuízos que causarem aos cotistas, quando procederem com culpa ou dolo, com violação da lei, das normas editadas pela CVM e deste Regulamento.

## **CAPÍTULO V - PLANO DE NEGÓCIOS**

Artigo 18. Cabe ao Gestor e/ou ao Comitê de Investimentos a busca de ativos em que o FUNDO possa investir de acordo com o objetivo e a política de investimentos do FUNDO, devendo o Gestor, para tanto, elaborar material contendo os estudos e avaliações realizadas que possam justificar o investimento e desinvestimento do FUNDO, incluindo avaliações do Ativo Alvo de acordo com metodologias utilizadas e aceitas no mercado, incluindo, porém não se limitando a, método do fluxo de caixa descontado, múltiplos, opções reais, etc. (“Plano de Negócios”).

Artigo 19. O Gestor, para fins de execução do Plano de Negócios poderá contratar consultorias externas especializadas elaboração de estudos e análises dos Ativos Alvo e das Companhias Alvo, conforme necessidades específicas do investimento e/ou desinvestimento a ser realizado.

Parágrafo Único. As instituições contratadas na forma deste artigo 19 serão remuneradas diretamente pelo FUNDO, nos termos do artigo 46, inciso XI, devendo a celebração dos contratos ser realizada pelo Administrador.

Artigo 20. Sem prejuízo do disposto do *caput* do artigo 18, o Plano de Negócios deverá contemplar:

- I. diagnóstico, análise ou auditoria contábil e financeira dos últimos 3 (três) anos da Companhia Alvo;
- II. diagnóstico, análise ou auditoria tributária e trabalhista dos últimos 5 (cinco) anos da Companhia Alvo;
- III. diagnóstico ou análise jurídica e ambiental da Companhia Alvo;
- IV. plano e/ou estratégia de crescimento ou de valorização do investimento;

- V. estrutura financeira da operação;
- VI. cronograma de integralização das cotas e de desembolso financeiro do FUNDO; e
- VII. estratégia de desinvestimento.

Parágrafo 1º. O Plano de Negócios deverá ser enviado com pelo menos 30 (trinta) dias de antecedência da data marcada para a realização da reunião do Comitê de Investimentos que decidir o investimento em questão, ficando os membros responsáveis pela confidencialidade da respectiva matéria.

Parágrafo 2º. O Comitê de Investimentos, por decisão unânime de todos os integrantes que o compõe, pode dispensar o Gestor do cumprimento total ou parcial das obrigações descritas nos incisos deste artigo 20.

## **CAPÍTULO VI - COMITÊ DE INVESTIMENTOS**

Artigo 21. O FUNDO terá um comitê de investimentos, formado por 3 (três) membros, escolhidos dentre pessoas de notório conhecimento e de ilibada reputação, podendo ser eleitos, inclusive, funcionários, diretores e representantes do Gestor e dos cotistas, dentre os quais: (i) 1 (um) membro será indicado pelo Gestor; (ii) 1 (um) membro será indicado em Assembléia Geral, observado que cada cota terá apenas um voto; e (iii) 1 (um) membro será independente, conforme indicado pelo Gestor e pelo Administrador, em conjunto (“Comitê de Investimentos”).

Artigo 22. Os membros do Comitê de Investimentos exercerão seus mandatos pelo Prazo de Duração, podendo renunciar ou ser substituídos antes do término de tal prazo. Os membros do Comitê de Investimentos somente poderão ser substituídos por aqueles que os tiverem elegido na forma do artigo 21 antecedente.

Artigo 23. O Comitê de Investimentos terá como funções, observados os demais termos e condições deste Regulamento:

- I. discutir e propor ao Gestor metas e diretrizes de investimento e desinvestimento do FUNDO, observadas as condições estabelecidas no Regulamento;
- II. deliberar sobre os projetos e propostas de investimento e desinvestimento do FUNDO submetidos exclusivamente pelo Gestor;
- III. discutir e deliberar sobre as formas de participação do FUNDO na administração das Companhias Alvo, que propiciem efetiva influência na definição de suas políticas estratégicas e gestão, conforme recomendações elaboradas pelo Gestor;

- IV. deliberar sobre o Plano de Negócios;
- V. deliberar sobre as propostas submetidas pelo Gestor acerca (a) das datas em que os subscritores de cotas deverão aportar recursos no FUNDO mediante integralização das cotas subscritas de acordo com seus respectivos Compromissos de Investimento; (b) do prazo para a aplicação dos recursos, a partir de cada integralização; e (c) da restituição do capital ou prorrogação deste prazo, no caso de não concretização do investimento no prazo estabelecido;
- VI. deliberar sobre o esquema de amortização, remuneração e resgate das cotas, na forma do Regulamento, comunicando os cotistas acerca de tal deliberação;
- VII. acompanhar o desempenho das companhias investidas, do Administrador, do Gestor, demais prestadores de serviços contratados nos termos deste Regulamento e do FUNDO;
- VIII. deliberar sobre a contratação de serviços de consultoria ou assessoria, quando julgar necessários; e
- IX. deliberar e aprovar as demais questões e assuntos indicados neste Regulamento, desde que tais prerrogativas não conflitem com a competência da Assembléia Geral.

Artigo 24. É competência exclusiva do Gestor o encaminhamento, ao Comitê de Investimentos, das propostas de investimento e desinvestimento.

Artigo 25. Os membros do Comitê de Investimentos reunir-se-ão sempre que necessário, atendendo a convocação escrita, feita com no mínimo 15 (quinze) dias de antecedência, a pedido do Gestor ou de qualquer de seus membros ou ainda, na eventual necessidade de esclarecimentos, pelo Administrador. A convocação escrita será dispensada quando estiverem presentes à reunião todos os membros do Comitê de Investimentos. O Administrador poderá participar das reuniões do Comitê de Investimentos, sempre que julgar necessário, mas sem direito a voto.

Parágrafo 1º. As reuniões do Comitê de Investimentos somente serão instaladas com a presença de, pelo menos, a maioria dos seus membros em exercício.

Parágrafo 2º. O Comitê de Investimentos poderá reunir-se através de conferência telefônica, vídeo conferência ou outros meios semelhantes, sendo válidas as deliberações manifestadas por tais meios, desde que tal conversa seja posteriormente lavrada em ata.

Parágrafo 3º. As decisões do Comitê de Investimentos serão tomadas pelo voto da maioria dos membros presentes à reunião. As decisões do Comitê de Investimentos serão necessariamente executadas pelo Gestor, exceto se a sua

execução, na forma decidida pelo Comitê de Investimentos, se tornar impossível, hipótese na qual o Comitê de Investimentos deverá reunir-se para rever sua decisão.

Artigo 26. Para o bom desempenho do Comitê de Investimentos, o Gestor ou o membro que convocar a reunião enviará aos demais participantes as seguintes informações e documentos para a deliberação, em português, conforme aplicável:

I. quando se tratar de avaliação e realização de novos investimentos:

- a) o Plano de Negócios;
- b) proposta com as datas em que deverão ser realizadas as integralizações das cotas que tenham sido subscritas pelos cotistas, no todo ou em parte;
- c) propostas acerca da forma pela qual deve se dar a participação e influência do FUNDO na definição das políticas estratégicas e na gestão da Companhia Alvo; e
- d) demais documentos que julgar necessário.

II. quando se tratar de monitoramento dos investimentos realizados:

- a) avaliação de investimentos realizados nas Companhias Alvo;
- b) análises econômico-financeiras, projeções de fluxo de caixa, retomo esperado e demonstrativos financeiros de Companhias Alvo;
- c) análises mercadológicas;
- d) avaliação dos investimentos e adequação aos requisitos previstos neste Regulamento;
- e) estratégias para desinvestimento e eventuais ajustes propostos;
- f) avaliação da participação e influência do FUNDO na definição das políticas estratégicas e na gestão das Companhias Alvo; e
- g) aspectos societários e fiscais envolvendo Companhias Alvo.

Parágrafo 1º. Sem prejuízo do disposto nos parágrafos 2º e 3º do artigo 10, todos os documentos e informações relacionados neste artigo, sempre que aplicáveis, deverão ser encaminhados pelo Gestor e recebidos por cada um dos membros do Comitê de Investimentos com pelo menos 15 (quinze) dias de antecedência da realização de reunião em que devam ser apreciados, sob pena de suspensão e adiamento da respectiva reunião até o atendimento de tal prazo, desde que assim solicitado por qualquer dos membros do Comitê de Investimentos. Excetua-se à

presente regra o Plano de Negócios o qual será encaminhado na forma do parágrafo 1º do artigo 20 deste Regulamento.

Parágrafo 2º. A partir das propostas elaboradas pelo Gestor, as decisões adotadas pelo Comitê de Investimentos quanto à realização de investimentos e aquisição de Ativos Alvo deverão conter todos os elementos necessários à realização do investimento pelo Gestor, determinando o cronograma de investimento e chamadas de capital, a forma de participação na companhia investida, as principais regras de acompanhamento e monitoramento dos investimentos e os procedimentos a serem adotados para o desinvestimento futuro, atualizadas e modificadas sempre que se fizer necessário.

Parágrafo 3º. Das reuniões do Comitê de Investimentos serão lavradas atas, as quais serão assinadas pelos membros nelas presentes, pelo Gestor e pelo Administrador, quando estes estiverem presentes.

Parágrafo 4º. Os membros do Comitê de Investimentos quando remunerados, o serão na forma estabelecida pela Assembléia Geral.

Artigo 27. Os membros do Comitê de Investimentos deverão informar ao Administrador e ao Gestor, devendo esse último informar aos cotistas, qualquer situação que os coloque, potencial ou efetivamente, em situação de conflito de interesses com o FUNDO, ficando tais membros impedidos de votar nas matérias relacionadas ao objeto do conflito, enquanto permanecer o conflito.

Artigo 28. As deliberações do Comitê de Investimentos não eximirão, restringirão ou liberarão o Administrador ou o Gestor das obrigações, deveres e responsabilidades que lhe são atribuídos por este Regulamento ou pela regulamentação em vigor.

## **CAPÍTULO VII - ASSEMBLÉIA GERAL**

Artigo 29. Compete privativamente à Assembléia Geral de cotistas (“Assembléia Geral”) as deliberações constantes no artigo 15 da ICVM 391, assim como:

- I. deliberar sobre amortização de cotas do FUNDO de forma diversa da prevista neste Regulamento;
- II. deliberar sobre a alteração da política de investimentos do FUNDO;
- III. deliberar sobre a substituição do auditor independente do FUNDO; e
- IV. deliberar, quando for o caso, sobre requerimento de informações de iniciativa de

cotistas, observado o disposto no parágrafo único, do artigo 14, da ICVM 391.

Parágrafo Único. Este Regulamento poderá ser alterado independentemente de deliberação da Assembléia Geral ou de consulta aos cotistas sempre que a alteração decorrer exclusivamente da necessidade de atendimento a exigência da CVM ou em consequência de norma legal ou regulamentar, devendo ser providenciada, no prazo de 30 (trinta) dias, contado da data em que for realizada a alteração, a necessária comunicação aos cotistas.

Artigo 30. A Assembléia Geral se instalará com a presença de qualquer número de cotistas e, ressalvado o disposto nos artigos 31 e 32 a seguir, as deliberações são tomadas pelo critério da maioria das cotas de titularidade dos cotistas presentes.

Artigo 31. Depende dos votos de cotistas representando mais de 2/3 (dois terços) das cotas emitidas as deliberações a respeito das matérias referidas no parágrafo 3º do artigo 14 do presente Regulamento, assim como:

- I. fusão, incorporação, cisão ou eventual liquidação do FUNDO de forma diversa da prevista neste Regulamento;
- II. organização e o funcionamento do Comitê de Investimentos de forma diversa da prevista neste Regulamento; e
- III. alteração deste Regulamento, incluindo sua política de investimentos.

Artigo 32. Depende dos votos de cotistas representando mais da metade das cotas emitidas as deliberações a respeito das seguintes matérias:

- I. aumento da Taxa de Administração;
- II. emissão e distribuição de novas cotas do FUNDO de forma diversa da prevista neste Regulamento; e
- III. prorrogação do Prazo de Duração e do Período de Investimento.

Parágrafo 1º. A cada cota corresponde 1 (um) voto nas deliberações da Assembléia Geral.

Parágrafo 2º. Somente poderão votar na Assembléia Geral os cotistas inscritos no livro de “Registro de Cotas Nominativas” até 1 (um) dia antes da data fixada para a sua realização.

Parágrafo 3º. Têm qualidade para comparecer à Assembléia Geral os representantes legais dos cotistas ou procuradores regularmente constituídos há menos de 1 (um) ano.



Parágrafo 4º. Os cotistas inadimplentes, como previsto neste Regulamento, não darão direito a voto nas Assembléias Gerais.

Parágrafo 5º. As decisões da Assembléia Geral serão transcritas em ata cuja cópia deverá ser enviada aos cotistas no prazo máximo de 30 (trinta) dias.

Artigo 33. A convocação da Assembléia Geral far-se-á por correspondência protocolada ou com aviso de recebimento, ou ainda por correio eletrônico, encaminhado a cada um dos cotistas, com, no mínimo 15 (quinze) dias de antecedência da data prevista para a realização da referida assembléia.

Parágrafo 1º. Da convocação devem constar obrigatoriamente dia, hora e local em que será realizada a assembléia e, ainda que de forma sucinta, os assuntos a serem tratados.

Parágrafo 2º. Independentemente da convocação prevista neste artigo, será considerada regular a assembléia geral à qual comparecerem todos os cotistas.

Parágrafo 3º. Cabe ao Administrador ou a cotistas titulares de, no mínimo, 5% (cinco por cento) do total das cotas emitidas pelo FUNDO convocar a Assembléia Geral.

Artigo 34. As deliberações da Assembléia Geral podem ser adotadas mediante processo de consulta formal, sem necessidade de reunião, podendo os votos ser proferidos por meio de fac-símile, *e-mail* ou correspondência registrada, desde que seja recebido pelo Administrador até 48 (quarenta e oito) horas antes da realização da Assembléia Geral.

## **CAPÍTULO VIII - EMISSÃO, SUBSCRIÇÃO, INTEGRALIZAÇÃO E NEGOCIAÇÃO DE COTAS**

### ***Seção I - Cotistas e Cotas***

Artigo 35. As cotas do FUNDO corresponderão a frações ideais de seu patrimônio, terão forma nominativa, assegurarão aos seus titulares direitos idênticos e serão emitidas em uma única série, todas de classe única.

Artigo 36. O patrimônio inicial do FUNDO será de até R\$ 400.000.000,00 (quatrocentos milhões de reais) representado por 4.000 (quatro mil) cotas, com valor unitário inicial de R\$ 100.000,00 (cem mil reais).

Parágrafo 1º. Somente poderão adquirir cotas do FUNDO investidores qualificados, nos termos da regulamentação editada pela CVM, com valor mínimo de subscrição de R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais) para cada subscritor.

Parágrafo 2º. A propriedade das cotas nominativas presumir-se-á pelo registro realizado pelo agente de escrituração, através de conta de depósito das cotas, aberta em nome do cotista.

Parágrafo 3º. O Administrador, por orientação do Gestor, poderá rejeitar a proposta de aquisição das cotas do FUNDO, caso o potencial investidor se encontre em conflito de interesse com a política de investimento do FUNDO. Para tanto, entende-se estar o potencial investidor em conflito no caso desse ser sociedade (e/ou a ela Afiliada) e/ou administrador da sociedade que seja concorrente a qualquer companhia (i) investida; ou (ii) em processo de análise para vir a ser investida.

Parágrafo 4º. Entende-se por “Afiliada”, para os termos do parágrafo 3º anterior qualquer (i) Pessoa, direta ou indiretamente, controlada pela respectiva Pessoa, (ii) Pessoa, direta ou indiretamente, controladora da respectiva Pessoa, (iii) Pessoa que seja controlada pelo mesmo controlador, direto ou indireto, da respectiva Pessoa, e (iv) no caso de pessoa natural, parente até o 3º (terceiro) grau da respectiva Pessoa. Ainda, define-se “Pessoa”, para os termos deste parágrafo, como qualquer pessoa natural, jurídica ou grupos não personificados, de direito público ou privado, incluindo qualquer entidade da administração pública, federal, estadual ou municipal, direta ou indireta, incluindo qualquer modalidade de condomínio.

## ***Seção II - Emissão, Subscrição e Integralização de Cotas***

Artigo 37. As cotas do FUNDO serão objeto de colocação pública pelo Distribuidor, após registro do FUNDO perante a CVM, nos termos da ICVM 391.

Parágrafo 1º. Para fins deste Regulamento, a primeira subscrição de cotas com a correspondente integralização será considerada “Integralização Inicial”.

Parágrafo 2º. Após a Integralização Inicial as integralizações subseqüentes deverão ser feitas com base no valor da cota de abertura, com base no patrimônio líquido do dia anterior de acordo com o Capítulo XIII deste Regulamento.

Parágrafo 3º. Caso os cotistas venham a deliberar a emissão de novas cotas destinadas exclusivamente a esses, tal distribuição será privada, mediante simples alteração deste Regulamento.

Parágrafo 4º. É vedado ao Administrador e/ou ao Distribuidor realizar qualquer esforço de venda de cotas, caso a distribuição dessas seja realizada em caráter

privado, conforme mencionada no parágrafo anterior.

Parágrafo 5º. As cotas que forem distribuídas publicamente serão oferecidas ao mercado, garantindo aos cotistas o direito de preferência, devendo tal direito ser manifestado no prazo máximo de 10 (dez) dias, a contar da data de recebimento da correspondência registrada com A/R.

Parágrafo 6º. O patrimônio inicial mínimo que deve ser subscrito, durante o prazo para subscrição, para o funcionamento do FUNDO é de R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais).

Parágrafo 7º. No ato de subscrição de cotas do FUNDO, o subscritor:

- a) deverá assinar o boletim de subscrição, que será autenticado pelo Administrador;
- b) deverá celebrar o Compromisso de Investimento, observados os termos dos artigos 38 e 39 a seguir; e
- c) receberá exemplar deste Regulamento, declarando estar ciente (i) das disposições contidas neste Regulamento, especialmente aquelas referentes à política de investimento do FUNDO, e (ii) dos riscos inerentes ao investimento no FUNDO, conforme descritos neste Regulamento.

Parágrafo 8º. Havendo um excesso de demanda, a instituição responsável pela distribuição das cotas do FUNDO poderá fazer uso da faculdade prevista no parágrafo 2º do artigo 14 da Instrução CVM nº 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada, e distribuir um volume adicional de até 20% (vinte por cento) da quantidade de cotas representativas do patrimônio inicial, sem a necessidade de aprovação em Assembleia Geral ou registro perante a CVM.

Parágrafo 9º. Nas emissões subseqüentes de cotas, o valor de cada cota a ser emitida será apurado com base no valor patrimonial do FUNDO, após a precificação dos ativos do FUNDO prevista neste Regulamento, dividido pela quantidade de cotas existentes no 1º (primeiro) dia útil anterior ao dia da respectiva emissão, respeitando os termos parágrafo 2º deste artigo.

Parágrafo 10. O prazo para subscrição das cotas emitidas pelo FUNDO, inclusive das cotas constitutivas do patrimônio inicial mínimo estabelecido para funcionamento do FUNDO, é de 360 (trezentos e sessenta) dias, ou menor, a critério do Comitê de Investimentos, decidido antes ou depois do início da distribuição, contados da data de publicação do anúncio de início de distribuição das cotas, podendo esse ser prorrogado mediante alteração deste Regulamento. Findo o período de subscrição ora estabelecido, as cotas não subscritas serão automaticamente canceladas.

Artigo 38. Ao aderir ao FUNDO, o investidor firmará “Instrumento Particular de Compromisso de Investimento Através de Subscrição de Cotas”, junto com o Administrador, o Gestor e duas testemunhas, mediante o qual o investidor ficará obrigado a integralizar o valor do capital comprometido à medida que o Gestor fizer chamadas para integralização (“Compromisso de Investimento”).

Parágrafo 1º. Do Compromisso de Investimento deverá constar:

- a) nome e qualificação do subscritor;
- b) número de cotas subscritas;
- c) valor de cada cota subscrita;
- d) valor total subscrito e a ser integralizado; e
- e) prazo máximo para a integralização.

Parágrafo 2º. No ato da assinatura do Compromisso de Investimento, deverá ser integralizada, em moeda corrente do País, 1% (um por cento) da quantidade de cotas subscritas.

Parágrafo 3º. A data final do prazo para integralização, conforme constante do respectivo Compromisso de Investimento, deverá ocorrer antes do término do Período de Investimento.

Artigo 39. O Gestor poderá solicitar aos cotistas que tenham firmado o Compromisso de Investimento, que integralizem as respectivas quantias relativas às suas cotas subscritas, total ou parcialmente, nos termos do respectivo Compromisso de Investimento (“Chamadas para Integralização”). As Chamadas para Integralização efetuadas pelo Gestor deverão:

- I. ocorrer dentro do Período de Investimento;
- II. ser aprovadas pelo Comitê de Investimentos;
- III. ser feitas através de correspondência registrada com A/R, dispensadas essas formalidades aos cotistas que atenderem à Chamada para Integralização; e
- IV. obedecer aos termos e procedimentos previstos neste Regulamento e, também, aos constantes no respectivo Compromisso de Investimento.

Parágrafo 1º. A integralização das cotas para atender às Chamadas para Integralização previstas no *caput* deste artigo deverão ser efetivadas pelo cotista no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, a contar da data de recebimento da correspondência registrada com A/R remetida pelo Gestor, solicitando a referida integralização.

Parágrafo 2º. Será considerada cota em inadimplência aquela em que o respectivo cotista subscritor não atender a Chamada para Integralização efetuada pelo Gestor, nos seus respectivos valores e prazo.

Parágrafo 3º. As cotas em inadimplência, sem prejuízo de demais sanções:

- a) a critério do Gestor, caso permaneçam em inadimplência por prazo superior a 30 (trinta) dias, serão oferecidas para venda aos demais cotistas e, posteriormente, ao mercado, caso os demais cotistas não adquiram a totalidade das cotas em inadimplência oferecidas; e
- b) terão os direitos de voto a elas vinculados suspensos durante o período em que estiverem em inadimplência.

Parágrafo 4º. Sem prejuízo do disposto no parágrafo acima, na hipótese de mora no cumprimento das respectivas obrigações de subscrição e integralização de cotas no FUNDO, nos termos previstos neste Regulamento e nos Compromissos de Investimento, os valores devidos e não pagos, ficarão sujeitos, a partir data em que se tornarem devidos e até a data de seu efetivo pagamento, à correção pela variação da taxa apurada no Sistema Especial de Liquidação e Custódia, obtida mediante o cálculo da taxa média ponderada e ajustada das operações de financiamento por um dia, lastreadas em títulos públicos federais (“Taxa Selic”) e, ainda, multa convencional, não compensatória, de 10% (dez por cento) sobre o valor em atraso.

Parágrafo 5º. Além das cominações previstas no parágrafo 4º anterior, ficará o cotista inadimplente responsável por ressarcir os respectivos prejuízos a que der causa em decorrência de seu inadimplemento, arcando, ainda, com todas as custas e despesas judiciais e extra-judiciais e honorários advocatícios, decorrentes da tomada de quaisquer das medidas descritas nos parágrafos 2º e 4º deste artigo.

Parágrafo 6º. Caso as cotas ofertadas, nos termos da alínea ‘a’ do parágrafo 3º deste artigo, não sejam integralizadas na sua totalidade, o Administrador deverá cancelar o seu saldo não colocado.

Artigo 40. No caso da quantidade de cotas a ser integralizada corresponderem à fração de cota, deverá ser integralizada considerando o número inteiro de cota imediatamente superior.

### ***Seção III - Negociação das Cotas***

Artigo 41. As cotas integralizadas do FUNDO poderão ser objeto de negociação privada ou através do Sistema de Fundo Fechado (“SFF”), mantido e operacionalizado pela Câmara de Custódia e Liquidação (“CETIP”), observados os requisitos da regulamentação em vigor.

Parágrafo Único. Na hipótese de negociação das cotas em operações privadas, o Administrador será responsável por comprovar a qualificação do investidor que estiver adquirindo tais cotas, de forma a cumprir com o disposto neste Regulamento.

## **CAPÍTULO IX - AMORTIZAÇÃO E RESGATE DE COTAS**

Artigo 42. As cotas do FUNDO serão amortizadas parcial ou integralmente utilizando (i) os recursos da distribuição de dividendos e/ou juros sobre o capital próprio distribuídos pelas Companhias Alvo integrantes da carteira do FUNDO, assim como (ii) quaisquer outros valores recebidos pelo FUNDO, em decorrência dos Ativos Alvo (“Recursos Disponibilizados”), observando-se que:

- I. caso a entrada dos Recursos Disponibilizados no caixa do FUNDO ocorra durante o Período de Investimento, tais recursos poderão, a critério do Comitê de Investimentos, ser considerados capital disponível para novos investimentos ou serem distribuídos aos cotistas; e
- II. caso a entrada dos Recursos disponibilizados no caixa do FUNDO ocorra durante o período que suceder o Período de Investimento, tais recursos serão, primeiramente, utilizados pelo Gestor ou pelo Administrador, de acordo com suas respectivas atribuições, como capital disponível no FUNDO para pagamento de despesas, custos, aportes e/ou obrigações contraídas pelo FUNDO dentro do Período de Investimento, e, por conseguinte, para a amortização das cotas.

Parágrafo Único. Ao final do Prazo de Duração, todas as cotas do FUNDO terão seu valor amortizado integralmente.

Artigo 43. Não será permitido o resgate de cotas, a não ser pelo término do Prazo de Duração ou de sua liquidação.

Parágrafo Único. Caso na data do término do Prazo de Duração não seja possível a alienação total ou parcial dos investimentos nas Companhias, por existirem obrigações ainda a serem salgadas e/ou cobradas, direitos de terceiros, ou ainda, devido à iliquidez dos ativos componentes da carteira do FUNDO, ou por qualquer outro motivo, a amortização integral das cotas do FUNDO poderá ser efetuada mediante a entrega aos cotistas dos ativos integrantes da carteira do FUNDO.

## **CAPÍTULO X - LIQUIDAÇÃO E ENCERRAMENTO DO FUNDO**

Artigo 44. Findo o Prazo de Duração, seja por liquidação antecipada ou pelo simples encerramento, o Administrador, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias da data da realização do evento, promoverá a divisão do patrimônio do FUNDO entre os cotistas, na proporção das cotas de que cada um seja titular.

Parágrafo 1º. Durante o prazo de liquidação do FUNDO, as quantias relativas à alienação de ativos integrantes do seu patrimônio devem ser aplicadas nos Investimentos de Liquidez.

Parágrafo 2º. Encontrando dificuldade na alienação, a preço justo, de ativos de baixa liquidez, o Administrador, por solicitação do Gestor, deve convocar a Assembléia Geral para deliberar sobre a destinação de tais bens, admitida a sua entrega aos cotistas, por valor da avaliação que o Gestor venha a contratar às expensas do FUNDO.

Parágrafo 3º. Após a alienação integral do patrimônio do FUNDO, o valor correspondente deve ser colocado pelo Administrador à disposição de todos os cotistas em uma mesma data, que não poderá ultrapassar 5 (cinco) dias após o encerramento do prazo previsto no caput deste artigo.

Parágrafo 4º. A liquidação dos ativos será realizada com observância das normas operacionais editadas pela CVM aplicáveis ao FUNDO.

Artigo 45. Após a divisão do patrimônio do FUNDO entre os cotistas, o Administrador deve promover o seu encerramento, encaminhando à CVM, no prazo de 10 (dez) dias, contados da data em que os recursos provenientes da liquidação tenham sido postos à disposição dos cotistas, o comprovante da entrada do pedido de baixa de registro no CNPJ.

Parágrafo Único. O Administrador deve apresentar à CVM, no prazo de 90 (noventa) dias, contados da data de entrega do documento referido no caput deste artigo, parecer da auditoria relativo ao demonstrativo de liquidação do FUNDO.

## **CAPÍTULO XI - ENCARGOS DO FUNDO**

Artigo 46. Além da Taxa de Administração, são encargos do FUNDO:

- I. taxas, impostos ou contribuições federais, estaduais ou municipais, que recaiam ou venham a recair sobre os bens, direitos e obrigações do FUNDO;
- II. despesas com impressão, expedição e publicação de relatórios, com formulários e com periódicos, previstas na regulamentação pertinente;

- III. despesas com correspondência de interesse do FUNDO, inclusive comunicações aos cotistas;
- IV. honorários e despesas dos auditores independentes encarregados da auditoria anual das demonstrações contábeis do FUNDO nos termos deste Regulamento;
- V. emolumentos e comissões devidas por operações de compra e venda de títulos e valores mobiliários integrantes da carteira do FUNDO;
- VI. honorários de advogado, custas e despesas processuais correlatas, incorridas em razão de defesa dos interesses do FUNDO, em juízo ou fora dele, inclusive o valor de condenação imputada ao FUNDO;
- VII. parcela de prejuízos não coberta por apólices de seguro e não decorrente de culpa ou negligência do Administrador no exercício de suas funções;
- VIII. taxa de custódia de títulos e valores mobiliários integrantes da carteira do FUNDO;
- IX. prêmios de seguro, bem como quaisquer despesas relativas à transferência de recursos do FUNDO entre bancos;
- X. despesas inerentes à constituição, fusão, incorporação, cisão ou liquidação do FUNDO e à realização de Assembleias Gerais;
- XI. despesas com a contratação de terceiros para prestar serviços legais, fiscais, contábeis e de consultoria especializada, para Ativos Alvo e, também, para atender as obrigações previstas no artigo 17 e no parágrafo 1º do artigo 19 deste Regulamento relativamente aos investimentos que o Gestor esteja analisando para, potencialmente, vir a integrar a carteira do FUNDO, dentro de limites estabelecidos nos parágrafos 1º e 2º deste artigo; e
- XII. despesas com a indenização de que trata o parágrafo 6º do artigo 15.

Parágrafo 1º. Os encargos do FUNDO previstos no inciso X deste artigo poderão ser incorridos pelo Administrador até o limite de R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais) por período de 12 (doze) meses.

Parágrafo 2º. Os encargos do FUNDO previstos no inciso XI deste artigo poderão ser incorridos pelo Gestor até o limite de R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais) por período de 12 (doze) meses.

Parágrafo 3º. Os limites dos encargos do FUNDO previstos nos parágrafos 1º e 2º deste artigo poderão ser extrapolados desde que aprovados pela Assembleia Geral.

Parágrafo 4º. Quaisquer despesas não previstas como encargos do FUNDO correrão por conta do Administrador, salvo decisão contrária da Assembleia Geral,



ressalvadas as despesas realizadas em desacordo com o parágrafo 2º, as quais são de responsabilidade do Gestor.

Parágrafo 5º. O Administrador poderá estabelecer que parcelas da Taxa de Administração sejam pagas diretamente pelo FUNDO aos prestadores de serviços que tenham sido sub-contratados pelo Administrador e/ou pelo Gestor, especialmente os previstos nos artigos 17 e 19, desde que o somatório dessas parcelas não exceda os limites fixados neste Regulamento.

Parágrafo 6º. A contratação, pelo FUNDO, de consultorias especializadas, se dará diretamente pelo Administrador, observadas as indicações do Gestor.

## **CAPÍTULO XII - DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS E DEMAIS INFORMAÇÕES**

Artigo 47. O FUNDO deve ter escrituração contábil própria, devendo as aplicações, as contas e as demonstrações contábeis do FUNDO ser segregadas das do Administrador.

Parágrafo 1º. As demonstrações contábeis do FUNDO devem ser auditadas anualmente por auditor independente registrado na CVM, observadas as normas que disciplinam o exercício da atividade.

Parágrafo 2º. Em caso de liquidação do FUNDO, o auditor independente deve emitir parecer sobre a demonstração da movimentação do patrimônio líquido, compreendendo o período entre a data das últimas demonstrações contábeis auditadas e a data da efetiva liquidação do FUNDO, manifestando-se sobre as movimentações ocorridas no período.

Artigo 48. As demonstrações contábeis do FUNDO sujeitam-se às normas contábeis expedidas pela CVM.

Artigo 49. O Administrador deverá enviar à CVM, através do Sistema de Envio de Documentos disponível na página da CVM na rede mundial de computadores, conforme modelo disponível na referida página, e também ao cotista, as seguintes informações:

- I. trimestralmente, no prazo de 15 (quinze) dias após o encerramento do trimestre civil a que se referirem, as seguintes informações:
  - a) valor do patrimônio líquido do FUNDO; e
  - b) número de cotas emitidas;

- II. semestralmente, no prazo de 60 (sessenta) dias após o encerramento desse período, as seguintes informações:
- a) a composição da carteira, discriminando quantidade e espécie dos títulos e valores mobiliários que a integram;
  - b) demonstrações contábeis do FUNDO acompanhadas da declaração a que se refere o inciso V do artigo 14 da ICMV 391;
  - c) os encargos debitados ao FUNDO, em conformidade com o disposto no artigo 27 da ICVM 391, devendo ser especificado o seu valor; e
  - d) a relação das instituições encarregadas da prestação dos serviços de custódia de títulos e valores mobiliários componentes da carteira.
- III. anualmente, no prazo de 90 (noventa) dias após o encerramento do exercício social, as seguintes informações:
- a) as demonstrações contábeis do exercício, acompanhadas de parecer do auditor independente;
  - b) o valor patrimonial da cota na data do fechamento do balanço e a sua rentabilidade no período; e
  - c) os encargos debitados ao FUNDO, em conformidade com o disposto artigo 27 da ICVM 391, devendo ser especificado o seu valor e o percentual em relação ao patrimônio líquido médio anual do FUNDO.

Artigo 50. O Administrador disponibilizará aos cotistas, ainda, as seguintes informações relativas ao FUNDO:

- I. todas as informações públicas relativas às empresas participadas; e
- II. os avisos de amortização e resgate das cotas, com um mínimo de 3 (três) dias e um máximo de 30 (trinta) dias de antecedência da sua respectiva realização.

Artigo 51. Deverá ser fornecido ao investidor, obrigatória e gratuitamente, no ato de seu ingresso como cotista do FUNDO, contra recibo:

- I. exemplar deste Regulamento;
- II. breve descrição da qualificação e da experiência profissional do corpo técnico do Administrador e do Gestor, nas funções de administração e gestão da carteira do FUNDO, respectivamente; e

- III. documento de que constem claramente as despesas com Taxa de Administração e outras com que o investidor tenha de arcar.

Artigo 52. O Administrador deverá divulgar a todos os cotistas e à CVM, qualquer ato ou fato relevante atinente ao FUNDO.

Parágrafo Único. Entre as informações referidas acima, não se incluirão informações sigilosas referentes às Companhias Alvo, obtidas pelo Gestor sob compromisso de confidencialidade ou em razão de suas funções regulares enquanto membro ou participante dos órgãos de administração ou consultivos da referida companhia.

Artigo 53. A disponibilização das informações previstas neste Capítulo se dará por meio impresso colocado à disposição do cotista na sede do Administrador.

Parágrafo 1º. Para os casos previstos no artigo 52 deste Regulamento, adicionalmente à disponibilização prevista no “caput” deste artigo, tais informações deverão ser divulgadas através de correspondência simples ou registrada, sendo o correio eletrônico considerado um tipo de correspondência simples.

Parágrafo 2º. Os cotistas ficam obrigados a manter seus dados cadastrais sempre atualizados, sob pena do não recebimento das informações, por falta de atualização dos dados cadastrais.

Parágrafo 3º. Não são obrigatórias as remessas de informações aos cotistas cuja última correspondência enviada tenha sido devolvida por incorreção no endereço declarado, inclusive eletrônico, e que não tenha, o cotista, procedido à respectiva atualização.

### **CAPÍTULO XIII - AVALIAÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO**

Artigo 54. Entende-se por patrimônio líquido do FUNDO a soma algébrica do disponível com o valor da carteira, mais os valores a receber, menos as exigibilidades.

Parágrafo 1º. No cálculo do valor da carteira, os ativos devem ser avaliados de acordo com os critérios estabelecidos no ‘Anexo I’ a este Regulamento.

Parágrafo 2º. Na apuração do valor da carteira serão observadas as normas e procedimentos determinados pela CVM.

Parágrafo 3º. Somente serão provisionadas perdas consideradas permanentes nos

ativos da carteira do FUNDO.

Parágrafo 4º. Na ocorrência dos eventos relacionados nos incisos do artigo 55 deste Regulamento, as participações nas Companhias Alvo investidas, que não sejam negociadas em bolsas de valores, deverão ser precificadas com base no seu valor econômico, apurado através do método do fluxo de caixa descontado, elaborado por instituição com comprovada experiência na matéria, escolhida pelo Comitê de Investimentos.

Artigo 55. Todos os ativos que compõem a carteira do FUNDO serão precificados, com reflexo no valor das cotas do FUNDO, independente de decisão da Assembléia Geral e às expensas do próprio FUNDO, sempre que ocorrer um ou mais dos seguintes casos:

- I. emissão de novas cotas;
- II. solicitação, devidamente fundamentada, do Administrador e do Gestor em conjunto;
- III. término do Prazo de Duração, não sendo esse prorrogado, e existindo ativos na carteira do FUNDO; e
- IV. fusão, incorporação, cisão ou liquidação do FUNDO.

Parágrafo Único. A precificação em razão da ocorrência dos casos previstos nos incisos deste artigo deverá ser concluída em até 10 (dez) dias úteis antes da ocorrência dos respectivos eventos.

Artigo 55. A qualquer tempo, a Assembléia Geral poderá solicitar que os ativos que compõem a carteira do FUNDO sejam precificados com base no seu valor econômico, apurado através do método do fluxo de caixa descontado, elaborado por instituição escolhida pelo Gestor e com comprovada experiência na matéria, sendo que tal avaliação dar-se-á às expensas dos próprios cotistas, e não do FUNDO, não podendo ocorrer em intervalos menores de 1 (um) ano.

## **CAPÍTULO XIV - RISCOS ASSOCIADOS AO INVESTIMENTO NO FUNDO**

Artigo 56. Os investimentos no FUNDO estão sujeitos a riscos relativos ao FUNDO e à carteira, incluindo, mas não se limitando a, os seguintes:

- I. *Fatores Macroeconômicos Relevantes.* Variáveis exógenas tais como a ocorrência, no Brasil ou no exterior, de fatos extraordinários ou situações especiais de mercado ou, ainda, de eventos de natureza política, econômica ou financeira que

modifiquem a ordem atual e influenciem de forma relevante o mercado financeiro e/ou de capitais brasileiro, incluindo variações nas taxas de juros, eventos de desvalorização da moeda e mudanças legislativas, poderão resultar em perdas para os cotistas. Não será devido pelo FUNDO ou por qualquer pessoa, incluindo o Administrador e/ou o Gestor, qualquer indenização, multa ou penalidade de qualquer natureza, caso os cotistas sofram qualquer dano ou prejuízo resultante de quaisquer de tais eventos.

- II. *Risco de Liquidez na Amortização e Resgate.* O FUNDO está sujeito a riscos de liquidez no tocante às amortizações e ao resgate final de cotas. O FUNDO pode não estar apto a efetuar pagamentos relativos às amortizações e ao resgate final de suas cotas no caso de (i) falta de liquidez dos mercados nos quais os títulos e valores mobiliários integrantes da carteira são negociados, e/ou (ii) condições atípicas de mercado.
- III. *Riscos de Liquidez das Cotas.* Em razão da não existência (i) de um mercado secundário ativo e organizado para as cotas e (ii) de o FUNDO ser constituído sob a forma de condomínio fechado, inadmitindo que o cotista resgate suas cotas a qualquer tempo, eles, os cotistas, podem ter dificuldade em realizar seus investimentos.
- IV. *Resgate por meio da dação em pagamento dos ativos integrantes de carteira do FUNDO.* Este Regulamento estabelece que o FUNDO poderá efetuar o resgate das cotas caso, findo o Prazo de Duração, ainda existam ativos na carteira do FUNDO. Nesse caso, os cotistas poderão encontrar dificuldades para alienar tais ativos entregues em dação.
- V. *Concentração e Riscos da Carteira.* A carteira do FUNDO poderá estar concentrada em valores mobiliários de emissão de poucas Companhias Alvo, ou até uma única, tornando os riscos dos investimentos diretamente relacionados à performance de tais companhias.
- VI. *Ausência de Companhias Alvo.* O FUNDO foi constituído com a finalidade de investir seus recursos em Companhias Alvo cujo objeto envolva energia renovável. Assim, não há garantia de serem encontradas companhias dispostas a permitir a participação do FUNDO, ou companhias cujos Ativos Alvo estejam com preço atrativo ao FUNDO durante o Período de Investimento.
- VII. *Risco do Mercado de Atuação das Companhias Alvo.* Tendo em vista que o FUNDO aplicará a maior parte de seus recursos em Companhia Alvo cuja atuação estará voltada aos mercados de energia renovável, e o rendimento das cotas dependerá da realização de tais investimentos, o FUNDO estará sujeito aos riscos inerentes aos mercados de energia, de forma que, qualquer ato ou fato que impacte negativamente, no todo ou em parte, tais mercados ou tais Companhias Alvo, poderá causar efeitos adversos no patrimônio líquido do FUNDO e, por conseguinte, em suas cotas.

- VIII. *Não Existência de Garantia de Eliminação de Riscos.* A realização de investimentos no FUNDO expõe o investidor aos riscos a que o FUNDO está sujeito, os quais poderão acarretar perdas para os cotistas. Embora o Gestor mantenha sistema de gerenciamento de riscos das aplicações do FUNDO, não há qualquer garantia de completa eliminação da possibilidade de perdas para o FUNDO e para os cotistas. Em condições adversas de mercado, esse sistema de gerenciamento de riscos poderá ter sua eficiência reduzida.
- IX. *Risco de Mercado.* O valor dos ativos que integram a carteira do FUNDO pode aumentar ou diminuir de acordo com as flutuações de preços e cotações de mercado. Em caso de queda do valor dos ativos, o patrimônio do FUNDO pode ser afetado. A queda nos preços dos ativos integrantes da carteira do FUNDO pode ser temporária, não existindo, no entanto, garantia de que não se estenda por períodos longos e/ou indeterminados.
- X. *Risco de Crédito.* Consiste no risco dos emissores de Ativos Alvo que integram a carteira do FUNDO não cumprirem com suas obrigações de pagá-las pontual e integralmente. Alterações na avaliação do risco de crédito do emissor podem acarretar oscilações no preço de negociação dos títulos que integram a carteira do FUNDO.
- XI. *Risco da Titularidade Indireta.* A titularidade das cotas não confere aos cotistas o domínio direto sobre ativos integrantes da carteira do FUNDO ou sobre fração ideal específica desses ativos, sendo exercidos os direitos dos cotistas sobre todos os ativos integrantes da carteira do FUNDO de modo não individualizado, por intermédio do Administrador.
- XII. *Risco de Derivativos.* Embora o FUNDO possa utilizar instrumentos derivativos exclusivamente para proteger as suas posições detidas à vista, esta proteção pode não ser perfeita, gerando oscilações adversas nas cotas.
- Parágrafo 1º. O Administrador e o Gestor, salvo por culpa ou dolo, não serão responsáveis pela eventual depreciação dos Ativos Alvo da carteira ou por quaisquer perdas ou prejuízos que venham a ser suportados pelo FUNDO e pelos seus cotistas, em decorrência dos fatores acima elencados.
- Parágrafo 2º. O investidor, antes de adquirir cotas, deve ler cuidadosamente este Capítulo.

## **CAPÍTULO XV - DISPOSIÇÕES GERAIS**

Artigo 57. A aquisição de cotas pelo investidor configura, para todos os fins de direito, sua expressa ciência e concordância com todas as cláusulas do presente Regulamento, a cujo cumprimento estará obrigado a partir da aquisição de cotas.

Artigo 58. Para fins do disposto neste Regulamento, considera-se o correio eletrônico (*e-mail*) como uma forma de correspondência válida nas comunicações entre o Administrador, o Comitê de Investimentos e os cotistas.

Artigo 59. Fica eleito o foro central da Comarca de São Paulo, Estado de São Paulo, com expressa renúncia de qualquer outro por mais privilegiado que possa ser, para decidir sobre qualquer ação ou procedimento envolvendo disputa ou controvérsia relacionada com a validade da arbitragem relativo ao FUNDO.

Artigo 60. Todas as divergências oriundas ou relacionadas ao presente Regulamento deverão ser dirimidas por arbitragem em conformidade com as Regras de Arbitragem da Bolsa de Valores de São Paulo - BOVESPA (“Regras”).

Parágrafo 1º. A sede da arbitragem deverá ser na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, e legislação processual brasileira deverá ser aplicada quando as Regras forem omissas.

Parágrafo 2º. A sentença arbitral será imediatamente cumprida em todos os seus termos pelos cotistas, pelo Administrador e pelo Gestor, devendo ser proferida no prazo máximo de 6 (seis) meses, sendo vedado o julgamento por equidade.

Parágrafo 3º. As despesas relacionadas a qualquer disputa submetida à arbitragem e conduzida de acordo com o presente artigo deverão ser arcadas pela parte perdedora ao final do processo, a não ser que os árbitros decidam de outra forma.

Parágrafo 4º. Os cotistas e o Administrador reconhecem que qualquer ordem, decisão ou determinação arbitral será definitiva e vinculativa, constituindo o laudo final título executivo judicial.